

AQUISIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE
TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

CADERNO DE ENCARGOS

Página intencionalmente deixada em branco

ÍNDICE

CAPÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Cláusula 1. ^a	Objeto do procedimento	5
Cláusula 2. ^a	Contrato	5
Cláusula 3. ^a	Definições	7
CAPÍTULO II	OBJETO, ÂMBITO E DURAÇÃO DO CONTRATO	11
Cláusula 4. ^a	Objeto	11
Cláusula 5. ^a	Duração	11
Cláusula 6. ^a	Período de Transição Inicial	12
Cláusula 7. ^a	Período de Exploração	14
Cláusula 8. ^a	Período de Transição Final	15
CAPÍTULO III	CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	15
SECÇÃO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	15
Cláusula 9. ^a	Obrigações gerais	15
Cláusula 10. ^a	Cumprimento da legislação aplicável e licenciamento	17
SECÇÃO II	OPERAÇÃO	18
Cláusula 11. ^a	Plano de Rede e Oferta	18
Cláusula 12. ^a	Elaboração de Plano de Rede e Oferta	19
Cláusula 13. ^a	Gestão de variações pontuais de procura previsíveis	21
Cláusula 14. ^a	Gestão de eventos não previstos	22
Cláusula 15. ^a	Ajustamentos pontuais	22
Cláusula 16. ^a	Variação da produção quilométrica anual	23
Cláusula 17. ^a	Atrasos	23
Cláusula 18. ^a	Interrupções ou suspensões de serviço	24
Cláusula 19. ^a	Avaliação de desempenho	25
SECÇÃO III	TÍTULOS E TARIFÁRIO	26
Cláusula 20. ^a	Títulos de transporte	26
Cláusula 21. ^a	Tarifário	26
Cláusula 22. ^a	Venda dos títulos	27
Cláusula 23. ^a	Sistema de Bilhética	28
Cláusula 24. ^a	Fiscalização comercial	29
SECÇÃO IV	RELAÇÃO COM OS UTENTES	31
Cláusula 25. ^a	Apoio e informação ao público	31
Cláusula 26. ^a	Website e App	32
Cláusula 27. ^a	Relacionamento com os passageiros e reclamações	32
SECÇÃO V	MEIOS DE EXPLORAÇÃO	33
Cláusula 28. ^a	Obrigações gerais do Adjudicatário	33
Cláusula 29. ^a	Material Circulante	34
Cláusula 30. ^a	Utilização dos bens para outras finalidades	35
Cláusula 31. ^a	Paragens e Terminais	36
Cláusula 32. ^a	Manutenção, limpeza e higienização	36
Cláusula 33. ^a	Transporte de passageiros com cadeira de rodas	37
Cláusula 34. ^a	Publicidade	37
Cláusula 35. ^a	Normas de configuração gráfica	38
SECÇÃO VI	RECURSOS HUMANOS	38
Cláusula 36. ^a	Estrutura de recursos humanos	38
Cláusula 37. ^a	Fardamento	42
SECÇÃO VII	GESTÃO DA OPERAÇÃO	42
Cláusula 38. ^a	Sistema de apoio à exploração	42
Cláusula 39. ^a	Plataforma de Gestão	42
Cláusula 40. ^a	Segurança e gestão de situações de emergência	43
SECÇÃO VIII	OUTRAS DISPOSIÇÕES	44
Cláusula 41. ^a	Responsabilidade civil	44
Cláusula 42. ^a	Seguros	44
Cláusula 43. ^a	Caução	46
Cláusula 44. ^a	Propriedade intelectual	47
Cláusula 45. ^a	Proteção de dados pessoais	48
Cláusula 46. ^a	Dever de sigilo	49
CAPÍTULO IV	ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO, DIREÇÃO E MONITORIZAÇÃO	50
Cláusula 47. ^a	Direção	50
Cláusula 48. ^a	Dever geral de informação	50
Cláusula 49. ^a	Fiscalização e monitorização	51
Cláusula 50. ^a	Informação de exploração, contabilística e financeira	52
Cláusula 51. ^a	Monitorização, reporte e avaliação de desempenho	53
Cláusula 52. ^a	Auditoria externa anual	55
CAPÍTULO V	REGIME FINANCEIRO DO SERVIÇO PÚBLICO	55
Cláusula 53. ^a	Regime do risco	55
Cláusula 54. ^a	Preço contratual e preço base	56

Cláusula 55. ^a	Faturação e pagamento	58
Cláusula 56. ^a	Compensação de créditos	61
Cláusula 57. ^a	Partilha de benefícios	61
Cláusula 58. ^a	Reposição do equilíbrio financeiro	61
CAPÍTULO VI	MODIFICAÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS	64
Cláusula 59. ^a	Modificação do Contrato	64
Cláusula 60. ^a	Subcontratação	64
Cláusula 61. ^a	Acordos de exploração conjunta	66
Cláusula 62. ^a	Cessão de posição contratual	66
CAPÍTULO VII	INCUMPRIMENTO E FORÇA MAIOR	66
Cláusula 63. ^a	Princípio geral de responsabilidade	66
Cláusula 64. ^a	Mora, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo	67
Cláusula 65. ^a	Sanções contratuais pecuniárias	72
Cláusula 66. ^a	Sanções contratuais não pecuniárias	73
Cláusula 67. ^a	Força maior	73
CAPÍTULO VIII	EXTINÇÃO DO CONTRATO	76
Cláusula 68. ^a	Resolução pelo Município	76
Cláusula 69. ^a	Resolução pelo Adjudicatário	77
Cláusula 70. ^a	Caducidade	77
Cláusula 71. ^a	Transição	77
Cláusula 72. ^a	Reversão e transferência dos bens	78
CAPÍTULO IX	DISPOSIÇÕES FINAIS	80
Cláusula 73. ^a	Contagem dos prazos	80
Cláusula 74. ^a	Litígios entre o Município e o Adjudicatário	80
Cláusula 75. ^a	Gestor do Contrato	81
Cláusula 76. ^a	Comunicações	81

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª | Objeto do procedimento

1) O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com o Município de Viseu na sequência do presente procedimento pré-contratual, que tem por objeto a exploração do Serviço Público de transporte rodoviário e por Funicular de passageiros de âmbito municipal na área geográfica do concelho de Viseu (o «Contrato»).

2) Fazem parte integrante do presente Caderno de Encargos os seguintes Anexos e respetivos Apêndices:

Anexo 1 (Rede)

Anexo 2 (Parâmetros do Plano de Rede e Oferta)

Anexo 3 (Avaliação de Desempenho)

Anexo 4 (Tarifário)

Anexo 5 (Especificações SI/TIC)

Anexo 6 (Funicular e Material Circulante)

Anexo 7 (Manutenção e limpeza)

Anexo 8 (Lista de Trabalhadores)

Anexo 9 (Reporte)

Anexo 10 (Auditoria externa anual)

Anexo 11 (Paragens e Terminal Rodoviário)

Cláusula 2.ª | Contrato

1) O Contrato será celebrado por escrito, nele se integrando:

- a) O clausulado contratual e os seus anexos e respetivos apêndices, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
- b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo interessado desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;

- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- d) O caderno de encargos, integrando ainda o convite e demais documentos patenteados;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.

2) Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

3) Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do Contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo Código.

4) As epígrafes das cláusulas do Caderno de Encargos foram incluídas por razões de mera conveniência, não fazendo parte da regulação a aplicar às relações contratuais, nem constituindo suporte para a interpretação ou integração do Contrato.

5) As remissões ao longo das cláusulas do Caderno de Encargos para outras cláusulas, alíneas, números ou anexos, e salvo se do contexto resultar sentido diferente, são efetuadas para cláusulas, números, alíneas ou anexos do próprio Caderno de Encargos.

6) O Contrato fica sujeito à lei portuguesa com renúncia expressa à aplicação de qualquer outra, sem prejuízo da aplicação vinculativa das legislações da União Europeia.

7) As referências a diplomas legislativos ou regulamentares efetuadas no Caderno de Encargos ou no Contrato devem ser entendidas como referências à legislação que, em cada momento, os substitua ou modifique.

8) Em tudo o que o Contrato seja omissivo, aplicam-se o disposto no Regulamento (CE) n.º 1370/2007, no RJSPTP, no Código dos Contratos Públicos, e na demais legislação aplicável e vigente em cada momento.

9) Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, na interpretação e na integração do regime aplicável ao Contrato, prevalece o interesse público na boa execução das obrigações do Adjudicatário e na manutenção do serviço público de transporte objeto do Contrato em funcionamento ininterrupto de acordo com a natureza do Serviço Público e os padrões definidos no Contrato.

Cláusula 3.ª | Definições

1) Para efeitos do presente Caderno de Encargos, e salvo se de modo diferente resultar do seu texto, os termos e expressões nele usados iniciados com letra maiúscula e a seguir indicados têm o significado seguinte:

- a) "Âmbito Municipal": compreende os serviços públicos de transporte de passageiros que visam satisfazer as necessidades de deslocação dentro de um município e que se desenvolvem integral ou maioritariamente dentro da respetiva área geográfica, mesmo que existam linhas secundárias e complementares ou outros elementos acessórios dessa atividade que entrem no território de municípios imediatamente contíguos, exceto quando tal esteja proibido nos termos do presente Caderno de Encargos.
- b) "Âmbito Intermunicipal": compreende os serviços públicos de transporte de passageiros que visam satisfazer as necessidades de deslocação entre diferentes municípios e que se desenvolvem integral ou maioritariamente dentro da área geográfica de uma comunidade intermunicipal ou de uma área metropolitana, sem prejuízo da possibilidade de existirem linhas secundárias de interligação que entrem no território de comunidades intermunicipais ou áreas metropolitanas contíguas.
- c) "Âmbito Inter-regional": compreende os serviços públicos de transporte de passageiros que visam satisfazer as necessidades de deslocação entre comunidades intermunicipais e que asseguram o transporte de passageiros entre quaisquer paragens por eles servidas.
- d) "Autoridade de Transportes": qualquer autoridade pública ou agrupamento de autoridades públicas com poder para intervir no serviço público de transporte de passageiros numa determinada zona geográfica ao abrigo do RJSPPT, de nível local ou nacional, ou qualquer organismo por aqueles investidos nessas competências.
- e) "Bilhética Móvel": os Títulos desmaterializados, que podem ser validados pelos passageiros no Sistema de Bilhética através de *App* ou sistemas equiparáveis.
- f) "Carreira": o mesmo que Linha.
- g) "Circulação": a circulação realizada por um veículo, num sentido, em cumprimento de um horário de uma Linha.

- h) "Circulação Comercial": a Circulação realizada por um veículo, em serviço comercial, em que existe tomada e largada de passageiros nas paragens pré-estabelecidas e no horário previsto de uma Linha, num dado sentido.
- i) "Circulação em Vazio": a Circulação realizada sem passageiros a bordo nem tomada ou largada de passageiros nas paragens, através do trajeto mais curto ou mais rápido entre o ponto de início e termo da Circulação, podendo destinar-se, designadamente, ao posicionamento do veículo (entre o local de recolha do veículo e o local de início de uma Circulação Comercial), ao reposicionamento do veículo (entre o local de término de uma Circulação Comercial e o local de início de outra Circulação Comercial) ou à recolha do veículo (entre o local de término de uma Circulação Comercial e o local de recolha do veículo).
- j) "Desdobramento": a mobilização de um segundo veículo sempre que o veículo utilizado numa dada Circulação não tenha capacidade para transportar todos os passageiros que pretendam utilizar o Serviço Público.
- k) "Funicular": o conjunto de equipamentos e instalações de transporte por cabo e carris, de tração elétrica, situado no centro da cidade de Viseu, fazendo a ligação do recinto da Feira de S. Mateus à Sé, para transporte de passageiros.
- l) "Dia Tipo": os dias tipo para elaboração do Plano de Oferta, compreendendo Dias Úteis (Período Escolar), Dias Úteis (Férias Escolares), Sábados, Domingos e Feriados e Dias Especiais.
- m) "Linha": serviço de transporte público, assegurando um itinerário fixo, segundo uma frequência e horários previamente aprovados, com tomada e largada de passageiros nos pontos terminais e intermédios estabelecidos.
- n) "Manutenção": a realização de todas as prestações necessárias para:
(i) se manterem as características, desempenho e funcionalidades de qualquer bem utilizado na execução do Contrato, utilizando todas as formas e métodos adequados, incluindo preditivos, corretivos e preventivos e; (ii) a substituição ou renovação de qualquer bem ou seu constituinte.
- o) "Material Circulante": o conjunto de veículos utilizados na exploração do Serviço Público.
- p) "Operação": o conjunto de prestações e atividades necessárias ou convenientes para a execução dos serviços previstos no Contrato, com

exclusão das atividades de Manutenção, incluindo, designadamente, a realização do serviço público de transporte, a organização, planeamento e controlo de meios humanos e materiais para a execução do referido serviço de transporte, a informação e apoio aos Passageiros, a segurança e a vigilância de pessoas e bens, a fiscalização do comportamento dos Passageiros, em especial quanto à titularidade e validação de títulos de transporte.

- q) "Outro operador": outra entidade encarregue de explorar serviços públicos de transporte de passageiros em parte ou na totalidade da área geográfica do Município, nomeadamente mas não exclusivamente pela Comunidade Intermunicipal de Viseu, Dão e Lafões, nos termos do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.
- r) "Parcelares": percurso de uma Linha ou Variante que pressupõe a realização de circulações em parte do trajeto original.
- s) "Plano de Rede e Oferta": Serviço Público a explorar, tal como definido no Anexo 2 (Parâmetros do Plano de Rede e Oferta), incluindo designadamente as Linhas, percursos, paragens, número de Circulações diárias, amplitude diária de serviço e horários e veículos. quilómetro de cada Circulação a explorar no Serviço Público, bem como (ii) a definição da utilização dos recursos, humanos e materiais, necessários à produção do serviço público de transporte de Passageiros.
- t) "Prestação de Serviços": a realização de todos os serviços, trabalhos, fornecimentos e demais prestações necessárias e/ou convenientes para: (i) a prestação do serviço público de transporte rodoviário e por Funicular de passageiros, incluindo a sua Operação e Manutenção e, ainda, (ii) a gestão e o controlo de todas as atividades objeto do Contrato, designadamente as relativas à operação, manutenção, recursos humanos, administrativas, logísticas e de recolha, tratamento e reporte de dados.
- u) "Proposta de Exploração do Serviço Público": a Proposta de Exploração do Serviço Público, formulada pelo Adjudicatário em sede do presente procedimento.
- v) "Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros": o regime jurídico aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, na sua redação em vigor, também abreviadamente designado RJSPTP.
- w) "Regulamento (CE) n.º 1370/2007": o Regulamento (CE) n.º 1370/2007 Regulamento (CE) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, relativo aos serviços públicos ferroviário e rodoviário de

passageiros, alterado pelo Regulamento (UE) 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016.

- x) "Serviço Público": o serviço público de transporte rodoviário e por Funicular de passageiros que constitui o objeto do Contrato, tal como descrito na Cláusula 4.^a, de interesse económico geral, prestado ao público numa base não discriminatória, nos termos do qual os veículos são colocados à disposição de múltiplas pessoas em simultâneo, que os utilizam mediante retribuição, explorado pelo Adjudicatário nos termos da lei e do Contrato, não ficando ao serviço exclusivo de nenhuma delas.
- y) "Serviços Regulares": serviços públicos de transporte rodoviário e por Funicular de passageiros explorados de forma regular segundo itinerários, horários e Tarifas predeterminados, no âmbito do qual podem ser tomados e largados passageiros em paragens previamente estabelecidas.
- z) "Sistema de Apoio à Exploração": o sistema eletrónico, incluindo *software* e *hardware*, instalado a bordo de todos os veículos utilizados na exploração do Serviço Público, que permite a recolha dos dados e a produção de estatísticas necessárias ao controlo da exploração do Serviço Público previstas no Contrato, tal como definido na Cláusula 38.^a.
- aa) "Sistema de Bilhética": o sistema de bilhética integrada sem contacto, do Adjudicatário, tal como definido na Cláusula 23.^a.
- bb) "Sistema Informático de Gestão": o sistema informático de apoio à gestão tal como definido na Cláusula 50.^a.
- cc) "Sistema de Gestão de Reclamações": o sistema informático destinado ao registo, gestão e acompanhamento das reclamações dos clientes, tal como definido na Cláusula 27.^a.
- dd) "Suporte de Título": o suporte físico ou digital de cada Título de transporte.
- ee) "Tarifa": o preço de venda ao público de um Título, incluindo IVA à taxa legal em vigor.
- ff) "Título": o título de transporte que confere o direito à utilização do Serviço Público, após a respetiva validação.
- gg) "Veículo quilómetro comercial": cada quilómetro percorrido por cada veículo, na realização de uma Circulação Comercial.

CAPÍTULO II OBJETO, ÂMBITO E DURAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 4.^a | Objeto

1) O Contrato terá por objeto a prestação do serviço público de transporte regular de passageiros, por modo rodoviário e por Funicular, da competência do Município, nos termos a seguir definidos.

2) O Serviço Público objeto do Contrato está sujeito às obrigações de serviço público previstas na lei, bem como às expressamente impostas no presente Caderno de Encargos, compreendendo nomeadamente:

- a) A obrigação de prestar o serviço público de transporte rodoviário regular de passageiros de acordo com os termos fixados no Caderno de Encargos;
- b) A obrigação de prestar o serviço público de transporte de passageiros por Funicular, de acordo com os termos fixados no Caderno de Encargos;
- c) A obrigação de vender e cobrar os títulos de transporte, aplicando as tarifas definidas pelo Município no exercício das suas competências, respeitantes aos serviços públicos referidos nas alíneas anteriores, cujo produto da respetiva cobrança é da titularidade do Município;
- d) A obrigação de prestar a informação prevista no presente Caderno de Encargos.

3) A execução das atividades e serviços previstos no número anterior não dispensa o cumprimento das normas aplicáveis, designadamente em matéria de instalação comercial e, bem assim, em matéria social e ambiental.

4) O Adjudicatário não goza do direito de exclusivo de prestar o serviço objeto do Contrato na área geográfica do Município, não podendo invocar direito a qualquer compensação ou direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato com fundamento na operação de serviço público de transporte de passageiros por outros operadores nessa área geográfica durante o Período de Exploração, nos termos do artigo 27.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

Cláusula 5.^a | Duração

1) O Contrato produz efeitos não financeiros a partir da data da sua assinatura,

em virtude de ser celebrado na sequência de procedimento de ajuste direto por motivos de urgência imperiosa, nos termos do disposto no artigo 45.º/5 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. O Contrato apenas produzirá efeitos financeiros após decisão de não oposição ao mesmo emitida pelo Tribunal de Contas em sede de processo de fiscalização prévia, designadamente de não sujeição a fiscalização prévia ou de emissão de visto prévio ou de declaração de conformidade, nos termos do disposto no artigo 45.º/1 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. Em caso de decisão de oposição do Tribunal de Contas, cessará a produção de efeitos do Contrato, sendo os serviços prestados pagos nos termos do disposto no artigo 45.º/3 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

2) O Contrato tem as seguintes fases, nos termos estabelecidos nas Cláusulas seguintes:

- a) Período de Transição Inicial: entre as 00h00 do dia da sua assinatura e no máximo até às 23h59 do 60º (sexagésimo) dia.
- b) Período de Exploração: dois anos a contar das 00h00 do dia seguinte ao termo do período de transição inicial, ou as 23h59 do dia anterior à data do início do período de exploração do contrato de serviço público a celebrar, na sequência de procedimento pré-contratual, entre o Município de Viseu com um operador de transporte, que tem por objeto a aquisição pelo Município da prestação do serviço público de transporte rodoviário e por Funicular de passageiros, se esta ocorrer primeiro, realizando-se nesse caso a redução proporcional do Contrato.
- c) Período de Transição Final: desde o dia seguinte ao termo do Período de Exploração e tem a duração de 6 (seis) meses.

Cláusula 6.ª | Período de Transição Inicial

1) Durante o Período de Transição Inicial o Adjudicatário não assume obrigações de Operação e Manutenção, devendo obter, nos termos legalmente aplicáveis, todas as licenças, certificações, credenciações e autorizações necessárias para o exercício das atividades objeto do Contrato, assim como desenvolver todas as ações de preparação da sua estrutura e equipamentos que se mostrem adequadas e necessárias à prestação do Serviço Público, designadamente a implementação de formação adequada e obtenção de adequado conhecimento do Serviço Público.

2) Durante este período, o Adjudicatário compromete-se ainda a estabelecer, com o Município e com os demais Operadores de Serviço Público que operem na área territorial do Município, todos os procedimentos e colaboração necessários à

articulação das atividades incluídas no Contrato, sem quebra nem interrupção de continuidade do Serviço Público e com os níveis de qualidade contratualizados, iniciando a implementação das medidas de transição com a antecedência necessária.

3) O Adjudicatário deve informar o Município, dentro do Período de Transição, das medidas e ações que pretende adotar para efeitos da presente cláusula, podendo o Município, no âmbito dos seus poderes de direção, caso verifique que as ações e medidas a adotar são manifestamente insuficientes e/ou desadequadas para cumprir os objetivos do Período de Transição, emitir ordens e orientações a que o Adjudicatário fica vinculado, nos termos legais.

4) A informação exigida no número anterior deve ser feita por escrito com identificação e caracterização detalhada de cada medida ou ação que o Adjudicatário se propõe desenvolver, acompanhada do planeamento que evidencia a exequibilidade dessas medidas ou ações dentro do Período de Transição, bem como a sua adequação e suficiência para reunir as condições necessárias para iniciar, de forma plena, o exercício das atividades abrangidas pelo Contrato na data de início do Período de Exploração.

6) Sem prejuízo de outras obrigações previstas no Caderno de Encargos e nos respetivos Anexos, o Adjudicatário deve, antes do termo do Período de Transição Inicial, apresentar ao Município:

- a) Os documentos comprovativos de todas as licenças e autorizações necessárias para a Prestação de Serviços;
- b) Os contratos celebrados com vista a garantir a disponibilidade da Material Circulante necessária para a Prestação de Serviços, nos termos da Cláusula 29.^a;
- c) Os documentos que atestem a conformidade dos sistemas e equipamentos tecnológicos com os requisitos técnicos previstos no Caderno de Encargos;
- d) O primeiro Plano de Rede e Oferta, nos termos da Cláusula 11.^a;
- e) Os pedidos de subcontratação que considere necessários;
- f) A lista de recursos humanos nos termos previstos na Cláusula 36.^a;
- g) Os documentos comprovativos das apólices de seguros contratadas nos termos da Cláusula 42.^a;
- h) O plano de manutenção, incluindo reparações de avarias, substituição e renovação dos bens integrantes do Contrato, designadamente Material Circulante, instalações e equipamentos, designadamente nos termos da Cláusula 32.^a;

- i) Os planos de limpeza e higienização da Material Circulante, das instalações e dos equipamentos a utilizar pelo público, nos termos da Cláusula 32.^a;
- j) O plano de emergência ou medidas de autoproteção, nos termos da Cláusula 40.^a;
- k) Todos os demais documentos que se revelem necessários para demonstrar que o Adjudicatário reúne as condições necessárias para o exercício das atividades de Operação e Manutenção.

6) No caso de o Adjudicatário tomar conhecimento que não será possível reunir, findo o Período de Transição Inicial, as condições necessárias para a assunção plena de todas as obrigações do Contrato por facto que não lhe seja imputável, o Adjudicatário deve informar imediatamente o Município, podendo este, tendo em conta a informação fundamentada prestada, conceder-lhe uma prorrogação da duração do Período de Transição Inicial para a conclusão das diligências em falta.

7) O incumprimento do dever de informação referido no número anterior exclui o direito do Adjudicatário de invocar o facto não imputável verificado para justificar o seu incumprimento das obrigações do Contrato.

8) A duração da prorrogação referida no n.º 6 depende do tipo e da gravidade dos factos invocados não imputáveis ao Adjudicatário, bem como da ponderação pelo Município da urgência no início da Operação.

9) A não verificação, findo o Período de Transição Inicial, das condições necessárias para a assunção plena de todas as obrigações do Contrato por facto imputável ao Adjudicatário configura um evento de incumprimento imputável ao Adjudicatário e confere ao Município o direito de aplicar sanções, nos termos da Cláusulas 65.^a e 66.^a ou, caso a gravidade o justifique, de promover a resolução do Contrato, nos termos da Cláusula 68.^a.

Cláusula 7.^a | Período de Exploração

1) O “Período de Exploração” corresponde ao período durante o qual o Adjudicatário se obriga a prestar o Serviço Público objeto do Contrato e a realizar as demais atividades e serviços compreendidos no objeto do Contrato.

2) Durante o Período de Exploração, o Adjudicatário deve cumprir integralmente todas as obrigações constantes da lei aplicável e do Contrato, não sendo admitida qualquer interrupção ou quebra de continuidade nas atividades objeto do Contrato, salvo situações especialmente previstas na lei ou no Contrato.

Cláusula 8.^a | Período de Transição Final

- 1) O "Período de Transição Final" inicia-se no dia seguinte ao fim do Período de Exploração e decorre até à data do termo do Contrato, nos termos estabelecidos na Cláusula 5.^a.
- 2) O Período de Transição Final tem como objetivo permitir assegurar o cumprimento das obrigações de reporte e finalizar qualquer assunto pendente da execução do Contrato, nos termos da Cláusula 71.^a.

CAPÍTULO III CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

SECÇÃO I Disposições gerais

Cláusula 9.^a | Obrigações gerais

- 1) O Adjudicatário obriga-se a realizar a Prestação de Serviços em perfeita conformidade com o estabelecido no Contrato, bem como nas disposições legais e regulamentares que, em cada momento, estejam em vigor, sendo designadamente responsável por:
 - a) Garantir a boa execução da Prestação de Serviços, de forma regular e contínua.
 - b) Cumprir o Plano de Rede e Oferta estabelecida nos termos da Cláusula 11.^a.
 - c) Assegurar um serviço de transporte rodoviário e por Funicular de passageiros de qualidade, segurança, fiabilidade e pontualidade, sem qualquer interrupção ou quebra, todos os dias, ao longo de todo o período de vigência do Período de Exploração e de acordo com os critérios especificados no Caderno de Encargos.
 - d) Prestar o Serviço Público a todos os utilizadores, sem qualquer discriminação nas condições de acesso e de realização para além das que sejam impostas por lei e pelo Contrato.
 - e) Explorar e adaptar o Serviço Público por forma a satisfazer as necessidades de mobilidade e acessibilidade das populações de forma adequada e eficiente, promovendo o aumento da procura e a transferência modal do transporte individual para o transporte público, contribuindo para a coesão e equidade social e territorial.
 - f) Disponibilizar e manter os meios de exploração necessários e adequados

para a exploração do Serviço Público, para além daqueles que sejam disponibilizados pelo Município.

- g) Prestar o Serviço Público com condições de comodidade e conforto para os passageiros, designadamente no que concerte à limpeza e conservação dos veículos, equipamentos e instalações, nomeadamente conforme a Cláusula 33.^a.
- h) Emitir e comercializar Títulos de transporte e controlar os acessos aos veículos utilizados na exploração do Serviço Público, assegurando que apenas viajam passageiros com Título válido, em respeito das Cláusulas 20.^a a 24.^a.
- i) Aprovar o contrato de transporte, nos termos da lei e da Cláusula 27.^a.
- j) Dispor de recursos humanos em qualidade e número adequados para levar a cabo as ações exigidas pela Operação e implementar adequados procedimentos de higiene, segurança e saúde no trabalho.
- k) Dispor e assegurar manutenção de todos os meios necessários à exploração do Serviço Público, nomeadamente da Material Circulante, instalações, sistemas e equipamentos, no cumprimento do disposto no Contrato.
- l) Articular as responsabilidades e prestações com terceiros que interajam no, ou com, o Serviço Público.
- m) Cumprir as normas legais, contratuais e regulamentares aplicáveis às atividades de Operação, incluindo as previstas no Decreto-Lei n.º 9/2015, de 15 de janeiro.
- n) Acatar condicionamentos ou limitações impostos pelo Município ou demais autoridades com competências legais para o efeito, nos termos que resultem da lei ou do Contrato.
- o) Cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades que exerça, bem como de instruções que lhe sejam transmitidas pelas entidades fiscalizadoras.
- p) Apoiar o Município, sempre que este o solicite, designadamente nas suas relações com outras entidades.
- q) Prestar imediatamente informação ao Município de qualquer circunstância que possa condicionar o normal desenvolvimento das atividades objeto do Caderno de Encargos.
- r) Cumprir devidamente todos os deveres gerais de informação e comunicação previstos no Caderno de Encargos, na legislação e regulamentação aplicáveis, em particular, os constantes do RJSPTP e de regulamentos da AMT.
- s) Colaborar com o Município e com os outros Operadores encarregues da exploração do Serviço Público nos momentos anterior e posterior ao Período de Exploração, bem como a adoção de todas as medidas que se revelarem necessárias e adequadas durante os períodos de transição, por forma a mitigar os efeitos negativos sobre os passageiros e a exploração do

Serviço Público decorrentes da transição entre Operadores, designadamente no que concerne à informação ao público, comercialização de suportes e títulos de transporte e demais matérias relativas à operacionalização da exploração do Serviço Público.

- t) Articular-se com terceiros que interajam na Prestação de Serviços sempre que conveniente para esta, designadamente com outros operadores de serviços públicos da competência de outras autoridades de transportes.

2) A indicação das obrigações referidas no número anterior não é limitativa nem taxativa, estando o Adjudicatário obrigado à implementação, organização e gestão do Serviço Público em condições de perfeita qualidade, limpeza, segurança, fiabilidade e operacionalidade mesmo que algumas prestações necessárias, úteis ou convenientes para a prossecução destas finalidades não estejam expressamente especificadas no texto do presente clausulado e/ou dos seus Anexos.

Cláusula 10.^a | Cumprimento da legislação aplicável e licenciamento

1) O Adjudicatário é responsável pelo cumprimento de todas as leis, normas e regulamentos municipais, nacionais, europeus e internacionais aplicáveis.

2) O Adjudicatário obriga-se a realizar todas as comunicações e notificações devidas nos termos da lei e do Contrato, bem como a obter e manter válidas e atualizadas todas as licenças, alvarás, certificações, credenciações e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto do Contrato, incluindo a obtenção da habilitação válida e adequada para exploração do Serviço Público, nomeadamente a que respeita ao Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro, bem como preencher os demais requisitos complementares para o mesmo fim.

3) O Adjudicatário é única e exclusiva responsável por toda e qualquer consequência decorrente da inexistência, insuficiência, incumprimento ou desconformidade daquelas licenças, alvarás, certificações, credenciações ou autorizações com as leis, normas e regulamentos municipais, nacionais, europeus e internacionais aplicáveis, exceto se demonstrar comprovadamente que as mesmas não lhe são imputáveis.

4) Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário é responsável, igualmente, pelo cumprimento de todas as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito municipal, nacional, europeu ou internacional.

5) O Adjudicatário obriga-se a executar o Contrato em conformidade com o Parecer n.º 91/AMT/2024, de 19 de dezembro, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.

SECÇÃO II Operação

Cláusula 11.^a | Plano de Rede e Oferta

1) O Adjudicatário obriga-se a realizar uma Prestação de Serviços que assegure a satisfação dos requisitos do serviço de transporte constantes do Anexo 1 (Rede) em termos de Linhas, Percursos e frequências horárias, e a capacidade de transporte de todos os passageiros, por modo rodoviário (segregado em linhas concelhias e em circuitos urbanos) e por Funicular.

2) Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário elabora e executa um Plano de Rede e Oferta, elaborado em conformidade com o disposto na Cláusula seguinte e nas demais disposições do Caderno de Encargos.

3) O Plano de Rede e Oferta tem uma vigência anual, exceto se de outra forma for acordado entre as Partes, é parte integrante do Contrato, para todos os legais efeitos, e contém obrigatoriamente:

- a) Indicação do número de veículos que constituem o Material Circulante necessários ao longo de todo período da Operação (linhas concelhias e circuitos urbanos);
- b) Indicação do número de veículos que constituem o Material Circulante necessários para operar cada Linha (linhas concelhias e circuitos urbanos);
- c) Identificação dos veículos a afetar a cada Linha e horário do serviço público descrito na Rede (linhas concelhias e circuitos urbanos);
- d) Número de motoristas afetos a cada Linha, identificados através de um sistema anonimizado (linhas concelhias e circuitos urbanos).

4) Compete ao Adjudicatário assegurar que o Plano de Rede e Oferta adota, em cada Linha e Circulação de linhas concelhias e circuitos urbanos, veículos com lotação de lugares adequada a assegurar a capacidade de transporte de todos os passageiros.

5) Nos casos devidamente fundamentados, o Adjudicatário poderá propor alterações à oferta prevista, condicionadas à aprovação do Município.

6) Nos casos em que a localização das paragens ou terminais rodoviários e de Funicular a utilizar seja alterada no decurso do Contrato, o Adjudicatário obriga-se a assegurar as adaptações que se revelarem adequados, não constituindo esse facto gerador de direito a reequilíbrio financeiro da operação.

Cláusula 12.^a | Elaboração de Plano de Rede e Oferta

1) O Adjudicatário elabora e apresenta anualmente ao Município uma proposta de Plano de Rede e Oferta para os 12 (doze) meses subsequentes ao início do ano escolar, nos termos da presente Cláusula.

2) O Adjudicatário elabora e apresenta uma proposta preliminar de Plano de Rede e Oferta até ao dia 30 de junho de cada ano; a proposta deve cumprir com os parâmetros definidos nos Anexo 2 (Parâmetros do Plano de Rede e Oferta) quanto ao conteúdo e elementos mínimos a constar do Plano de Rede e Oferta, podendo, no entanto, contemplar, de forma fundamentada, propostas de adaptação do disposto no referido anexo às necessidades da procura, designadamente no que concerne a percursos, Linhas, Variantes, Parcelares, horários, número de circulações, paragens ou Tipologia de Serviço a utilizar, as quais estão sujeitas à aprovação do Município.

3) As eventuais propostas de adaptação da rede e oferta, da iniciativa do Adjudicatário, previstas no número anterior, ficam limitadas ao cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos e condições:

- a) Não resultar numa degradação do nível de serviço prestado às populações face ao subjacente ao Anexo 1 (Rede);
- b) Não resultar num saldo global de veículos.kilómetro anuais superior ao subjacente ao Anexo 1 (Rede);
- c) Não subtrair dias de exploração aos subjacentes a cada linha no Anexo 1 (Rede);
- d) Não reduzir o horário diário de exploração subjacente a cada linha no Anexo 1 (Rede).

4) Compete também ao Adjudicatário, na elaboração da proposta preliminar de Plano de Rede e Oferta, a incorporação das adaptações ao disposto no Anexo 1 (Rede), que se revelarem necessárias e adequadas em resultado de alterações e/ou restrições ao trânsito automóvel, vias rodoviárias, paragens ou terminal rodoviários e de Funicular, eventualmente impostas pelo Município ou outras entidades públicas.

5) Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário obriga-se a introduzir na sua proposta de Plano de Rede e Oferta as adaptações que se revelarem necessárias por forma a dar uma resposta adequada à evolução das necessidades da procura no que concerne às deslocações do tipo casa-escola-casa resultantes do calendário escolar e dos horários de funcionamento de cada

escola que sejam estabelecidos para cada ano letivo. Para esse efeito, o Adjudicatário articulará a proposta final de Plano de Rede e Oferta com os agrupamentos escolares e com o Município, devendo elaborar e apresentar uma proposta final de Plano de Rede e Oferta até 30 (trinta) dias após o início do ano escolar, contendo as necessárias adaptações.

6) Durante os primeiros 30 (trinta) dias após o início do ano escolar, o Adjudicatário pode efetuar as alterações estritamente necessárias e urgentes aos horários e percursos de modo a não comprometer o serviço à população escolar, mediante aprovação prévia do Município.

7) Para além do disposto no n.º 5, o Município pode também determinar ao Adjudicatário a realização de adaptações aos parâmetros constantes do Anexo 1 (Rede), os quais deverão ser por esta incorporados na proposta a que se refere o n.º 1.

8) A obrigação do Adjudicatário de introdução das adaptações a que se referem os n.ºs 5 e 7 na proposta de Plano de Rede e Oferta para o ano subsequente fica limitada ao não aumento do número global de veículos da Material Circulante e do número de motoristas necessários à exploração do Serviço Público, no período de ponta da manhã dos dias úteis do período escolar.

9) Mediante determinação do Município, serão realizadas, em datas a indicar pelo Município, as reuniões necessárias entre as Partes para preparação, análise, ponderação e discussão do Plano de Rede e Oferta, sendo obrigação do Adjudicatário colaborar ativa e construtivamente no processo, designadamente elaborando e apresentando as propostas, recomendações, informações e simulações que sejam solicitadas pelo Município ou da sua iniciativa.

10) No prazo de 30 (trinta) dias após a entrega da proposta pelo Adjudicatário, o Município pronuncia-se sobre a conformidade deste com o disposto no presente Caderno de Encargos, podendo emitir instruções vinculativas que determinam a sua reformulação ou correção caso se verifique alguma desconformidade. Esgotado o prazo referido no número anterior sem que o Município se pronuncie sobre o Plano de Rede e Oferta apresentado, este é considerado aprovado.

11) O Adjudicatário obriga-se a adaptar o Plano de Rede e Oferta aprovado, na medida do necessário, nos seguintes casos:

a) Se, antes da entrada em vigor do Plano de Rede e Oferta, o Município solicitar alterações, designadamente, em virtude da aprovação posterior dos planos de transporte escolar nos termos do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro;

b) Na sequência da verificação do disposto nas Cláusulas 14.^a a 16.^a e, sempre que aplicável, na Cláusula 58.^a; e

- c) Sempre que o Adjudicatário considere necessário em face da Prestação de Serviços.

12) A adaptação prevista no número anterior deve ter lugar no prazo mais curto possível, e ser submetida a aprovação do Município nunca depois de 10 (dez) dias a contar do evento que a determina, devendo ser objeto de aprovação pelo Município previamente à produção dos seus efeitos.

13) A falta de pronúncia do Município no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção do pedido de aprovação da adaptação do Plano de Rede e Oferta equivale à respetiva aprovação.

14) O Adjudicatário obriga-se a manter atualizada no Sistema de Informação de Transporte Público de Passageiros Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras (STePP) a informação relativamente aos Planos de Rede e Oferta em vigor.

15) O primeiro Plano de de Rede e Oferta será elaborado e apresentado ao Município de Viseu até 5 (cinco) dias antes do termo do Período de Transição, seguindo-se o disposto nos números anteriores, com as devidas adaptações.

Cláusula 13.ª | Gestão de variações pontuais de procura previsíveis

1) Caso em qualquer momento, durante a exploração do Serviço Público, se verifique que a capacidade de transporte consubstanciada no Anexo 1 (Rede) não permite assegurar o transporte de todos os passageiros em virtude da ocorrência de eventos pré-programados que presumivelmente possam provocar um aumento pontual e extraordinário da procura, nomeadamente em virtude da ocorrência de eventos, feiras anuais ou festas sociais, populares ou culturais em alguma(s) parte(s) da área geográfica abrangida pela Rede e que não consubstanciam uma alteração permanente da oferta, o Adjudicatário deve notificar o Município, com 15 dias de antecedência, propondo-lhe medidas que se revelarem adequadas à satisfação das necessidades da procura, designadamente:

- a) Utilizar veículos com maior capacidade de lugares; e/ou
- b) Incrementar o número total diário de Circulações previsto no Anexo 2 (Parâmetros do Plano de Rede e Oferta), através da realização de novas Circulações com percursos totais ou parciais; e/ou
- c) Realizar os Desdobramentos que se revelarem necessários.

2) As alterações previstas na presente cláusula, quando não sejam realizadas ao abrigo da Cláusula 15.ª:

- a) Estão sujeitas e incluem-se para os efeitos da contabilização do limite de variação de 10% previsto na Cláusula 16.^a;
- b) Desde que tenham merecido a concordância do Município, conferem ao Adjudicatário o direito previsto na Cláusula 54.^a, na medida da verificação dos pressupostos aí estabelecidos.

3) O disposto na presente Cláusula não prejudica a possibilidade de o Município determinar a realização de aumentos ou reforços de oferta, nos termos previstos na Cláusula 16.^a.

Cláusula 14.^a | Gestão de eventos não previstos

- 1) O Adjudicatário é responsável pela gestão da Operação de modo a adequá-la, imediatamente e por sua iniciativa, a eventos não previstos, de modo a salvar o interesse público do serviço objeto da Prestação de Serviços, com o menor transtorno possível para os Passageiros e minimização de desvios aos Percursos e horários definidos no Anexo 1 (Rede).
- 2) Para efeitos da presente Cláusula, consideram-se eventos não previstos, designadamente, as variações súbitas e não previsíveis da procura e acidentes e condicionamentos não previstos do trânsito pelas entidades competentes.
- 3) A gestão de eventos imprevistos prevista na presente cláusula pode implicar desvios reais ao Plano de Rede e Oferta em vigor.
- 4) A gestão de eventos imprevistos previstos na presente cláusula está dispensada de adaptação ao Plano de Rede e Oferta em vigor quando a mesma não seja compatível com a ocorrência dos eventos em causa, mas deve ser comunicada ao Município imediatamente ou no mesmo dia em que ocorra.

Cláusula 15.^a | Ajustamentos pontuais

- 1) Os Municípios podem, a qualquer momento, por motivos de interesse público e mediante decisão unilateral fundamentada, comunicada com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias, determinar ajustamentos pontuais dos serviços incluídos no Contrato, sujeito ao cumprimento do disposto no artigo 31.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.
- 2) Os ajustamentos pontuais realizados nos termos do n.º 1 não conferem ao Adjudicatário direito a qualquer acréscimo de remuneração nem à reposição de equilíbrio económico-financeiro do Contrato.

Cláusula 16.^a | Variação da produção quilométrica anual

- 1) Ao longo de cada ano contratual e sem prejuízo da possibilidade de determinar serviços complementares nos termos da lei e para além do disposto na cláusula anterior, a produção de veículos.kilómetro comerciais anuais pode variar face ao previsto no Anexo 1 (Rede), a pedido do Município ou mediante autorização deste, conquanto tal variação, aferida no momento de cada pedido ou autorização do Município e considerando a produção quilométrica comercial já realizada até à data do pedido ou autorização e a produção quilométrica comercial prevista para a duração remanescente do ano contratual, não exceda 10 % (dez por cento) da produção respetivamente prevista para linhas concelhias, para circuitos urbanos e para o Funicular, consoante o caso aplicável.
- 2) Para efeitos do número anterior, são variações à produção de veículos.kilómetro comerciais anuais as que ocorram por força do disposto nas Cláusulas 13.^a a 15.^a e na sequência de quaisquer pedidos a qualquer momento do Município.
- 3) À verificação da variação da produção de veículos.kilómetro comerciais anuais prevista no n.º 1 aplica-se o disposto no n.º 4 da Cláusula 54.^a.
- 4) O Adjudicatário está obrigado a executar o serviço de transporte correspondente às variações à produção quilométrica a que se refere a presente cláusula, nos exatos termos previstos no Caderno de Encargos.
- 5) As variações à produção de veículos.kilómetro comerciais anuais previstas na presente cláusula conferem ao Adjudicatário os direitos previstos na Cláusula 54.^a, na medida da verificação dos pressupostos aí estabelecidos.

Cláusula 17.^a | Atrasos

- 1) O Adjudicatário obriga-se a assegurar a pontualidade das Circulações, devendo, para o efeito:
 - a) Ao nível do planeamento, assegurar que a proposta de Plano de Rede e Oferta prevê horários e tempos de percurso exequíveis, dimensionados com base em velocidades comerciais adequadas e contemplando os congestionamentos recorrentes no trânsito automóvel, bem como reservas de tempo que permitam recuperar eventuais atrasos.
 - b) Ao nível da operação, realizar uma gestão proativa e em tempo real das Circulações, agindo sempre que ocorram eventos, que lhe sejam imputáveis ou não, que possam afetar a pontualidade das Circulações, no sentido de corrigir ou mitigar eventuais atrasos.
- 2) Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se a assegurar que cada Circulação não tem:

- a) Uma partida, de cada paragem, antes do horário previsto;
- b) Um atraso à chegada à paragem de término de cada Circulação, por motivo imputável ao Adjudicatário, superior a:
 - i) 10 minutos, para Circulações com um tempo de percurso comercial, previsto no respetivo horário, até 1 (uma) hora.
 - ii) 15 minutos, para Circulações com tempo de percurso comercial, previsto no respetivo horário, superior a 1 (uma) hora.
- 3) Excetua-se do disposto do número anterior as Circulações que tenham um atraso superior aos limiares nele estabelecidos, por motivo não imputável ao Adjudicatário.
- 4) As Circulações realizadas com atraso superior aos limiares estabelecidos no n.º 2, por motivo não imputável ao Adjudicatário, deverão ser devidamente justificadas, designadamente com indicação clara do local, hora e circunstâncias ou eventos anormais e fora do controlo do Adjudicatário que motivaram o atraso da Circulação. O congestionamento do trânsito automóvel, em trajetos da rede viária e horários relativamente aos quais é recorrente a ocorrência de congestionamento de trânsito, deve ser tido em conta na conceção dos horários das Linhas, não constituindo motivo justificável para atrasos. O congestionamento de trânsito automóvel apenas é motivo justificável em trajetos da rede viária e horários relativamente aos quais não é recorrente a sua ocorrência, ou caso se verificar um grau de congestionamento acima do normal.
- 5) Em caso de atraso de uma Circulação, o Adjudicatário deverá procurar ajustar, em tempo real, os horários de passagem das Circulações afluentes e/ou alimentadas por essa Circulação nas paragens de interceção entre as Linhas, por forma a viabilizar a realização de transbordos dos passageiros. O ajuste dos horários de passagem, nas circunstâncias previstas na presente alínea, é motivo justificável para a ultrapassagem do intervalo admissível de chegada das Circulações afluentes e/ou alimentadas por Circulações com atraso.

Cláusula 18.ª | Interrupções ou suspensões de serviço

- 1) Em caso de avaria imprevisível ou de qualquer outro incidente que obrigue à interrupção do Serviço Público, o Adjudicatário obriga-se a dar conhecimento imediato aos clientes e a mobilizar todos os meios adequados à reparação da avaria, à resolução do incidente e/ou avaria e à reposição do Serviço Público, no menor período de tempo possível, mobilizando um segundo veículo de substituição para o transporte dos passageiros que seguem a bordo do veículo imobi-

lizado, no menor período de tempo possível, disso dando conhecimento ao Município.

2) Em caso de interrupção do percurso normal de uma ou várias Linhas, por motivos alheios à sua vontade, deve o Adjudicatário indicar os percursos alternativos que essa ou essas Linhas passam a efetuar, enquanto não for possível resolver o impedimento, informando, em tempo útil e oportuno, o Município e os clientes, e atualizando a sinalética correspondente.

Cláusula 19.^a | Avaliação de desempenho

1) Sem prejuízo de outros mecanismos previstos no Contrato e na lei, o Adjudicatário está sujeito a avaliação do seu desempenho, e das entidades que atuem por sua conta ou orientação, incluindo os subcontratados, através da aplicação dos indicadores de desempenho e da qualidade do serviço constantes do Anexo 3 (Avaliação de Desempenho).

2) Para o efeito da avaliação referida no número anterior, o desempenho do Adjudicatário é obtido designadamente com base nos dados reais sobre a execução da Prestação de Serviços obtidos através dos sistemas de apoio à exploração e bilhética referidos nas Cláusulas 38.^a e 23.^a, respetivamente, bem como as demais fontes identificadas no Anexo 3 (Avaliação de Desempenho), sem prejuízo da possibilidade de o Município exigir ao Adjudicatário a entrega de alguns documentos adicionais para o efeito do apuramento do respetivo desempenho nos termos das Cláusulas 47.^a e seguintes.

3) Se da aplicação dos indicadores nos termos dos n.ºs 1 e 2 resultar que o Adjudicatário não prestou integral ou pontualmente os serviços contratados, há lugar a aplicação de redução da remuneração que lhe é devida de acordo com a Cláusula 54.^a, nos termos previstos no Anexo 3 (Avaliação de Desempenho).

4) A aplicação de reduções da remuneração prevista na presente cláusula não libera o Adjudicatário do cumprimento pontual das obrigações subjacentes aos níveis de desempenho violados, nem impede o Município de aplicar as sanções pecuniárias previstas na Cláusula 65.^a, em virtude da gravidade e reincidência das falhas de desempenho verificadas.

5) O disposto na presente cláusula não prejudica o direito de o Município, ou de outras entidades com competência para o efeito, designadamente a AMT, inspecionar, a todo o tempo, as atividades desenvolvidas pelo Adjudicatário incluindo, quer a verificação do cumprimento de quaisquer indicadores, quer o cumprimento das obrigações de monitorização resultantes da presente cláusula ou da lei.

SECÇÃO III **Títulos e tarifário**

Cláusula 20.^a | Títulos de transporte

- 1) Não podem ser transportados passageiros sem Título de transporte válido e validado.
- 2) O Adjudicatário é responsável pelo controlo de acessos e verificação de Título de transporte válido de todos os passageiros, no momento do seu embarque.
- 3) Todos os Títulos de transporte devem ser validados no sistema de bilhética regulado na Cláusula 23.^a, estando vedado ao Adjudicatário a emissão ou validação de Títulos de transporte fora do referido sistema de bilhética.
- 4) Os Títulos de transporte a utilizar e disponibilizar na exploração do Serviço Público são os previstos no Anexo 4 (Tarifário) ou outros que, a qualquer momento, venham a ser determinados pelo Município, bem como por lei ou regulamento.
- 5) Os Títulos de transporte são disponibilizados nos suportes previstos no Anexo 4 (Tarifário) ou outros que, a qualquer momento, venham a ser determinados pelos Municípios, bem como por lei ou regulamento.
- 6) O Adjudicatário obriga-se ao cumprimento da legislação e regulamentos em vigor em matéria de títulos de transporte e que lhe sejam aplicáveis, designadamente a Portaria n.º 298/2018, de 19 de novembro, e o Regulamento n.º 430/2019, de 16 de maio, sobre Regras Tarifárias e Procedimentos de Recolha de Informação, aprovado pela Autoridade da Mobilidade e dos Transportes.
- 7) Os Títulos de transporte e respetivos suportes deverão ser emitidos, comercializados, disponibilizados e faturados pelo Adjudicatário.

Cláusula 21.^a | Tarifário

- 1) O tarifário a aplicar aos Passageiros pelo Adjudicatário é o que for definido pelo Município em qualquer momento da vigência do Contrato.
- 2) No início do Período de Exploração será aplicado o tarifário previsto no Anexo 4 (Tarifário), exceto se o Município determinar a aplicação de outro durante o Período de Transição Inicial. A modificação, a qualquer momento, do tarifário pelo Município não confere ao Adjudicatário direito ao reequilíbrio económico-financeiro do Contrato, nem direito a qualquer compensação seja a que título for.

3) A titularidade da receita das vendas de títulos de transporte e respetivos suportes é do Município.

4) A entrega ao Município das receitas previstas no número anterior processa-se nos termos previstos nas Cláusulas 55.^a e 56.^a.

5) O Município comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima relativamente à sua entrada em vigor prevista na Portaria n.º 298/2018 e demais legislação aplicável, qualquer alteração em matéria de Títulos de transporte, suportes de Títulos e tarifários a vigorar na exploração do Serviço.

6) Incumbe ao Adjudicatário prestar a informação estática ao público, nos meios próprios de divulgação, sobre o tarifário em vigor, em cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente do disposto no n.º 3 do artigo 40.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, no n.º 9 do artigo 7.º da Portaria n.º 298/2018, de 19 de novembro, no Capítulo II do Regulamento n.º 430/2019, de 16 de maio, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, e no Contrato.

Cláusula 22.^a | Venda dos títulos

1) O Adjudicatário é responsável pela emissão e comercialização dos Títulos de transporte e respetivos suportes, na rede de vendas e a bordo dos veículos da Material Circulante (no que diz respeito a Títulos de bordo).

2) Para esse efeito, o Adjudicatário obriga-se a dispor de uma rede de venda de Títulos, dimensionada por forma a satisfazer as solicitações dos clientes, assegurando para o efeito os reforços e/ou extensões de horário que se revelarem necessários em períodos de pico de atendimento, em especial no final e início de cada mês, por forma a não ultrapassar um tempo de espera em fila para atendimento, de 10 (dez) minutos.

3) A rede de vendas pode ser constituída, designadamente, por postos de venda próprios, agentes de venda, através de acordo ou subcontratação com terceiras entidades, designadamente quiosques de jornais, tabacarias, papelarias, redes do tipo *payshop*, CTT ou equivalentes, máquinas de venda/carregamento automático de Títulos (*vending*), rede Multibanco ou equivalente, vendas a bordo e/ou vendas/carregamentos online, através do *Website* ou *App*.

4) O Adjudicatário obriga-se a ter em funcionamento, no mínimo, 1 (um) posto de venda próprio no terminal rodoviário localizado na sede do Município, cujo horário de funcionamento deverá assegurar, no mínimo, o período das 08:00 horas e as 20:00 horas, todos os dias da semana, no qual seja possível realizar operações de requisição, comercialização e carregamento de Títulos mensais ou

pré-comprados.

5) O Adjudicatário deverá ainda celebrar acordos com Juntas de Freguesia que pretendam atuar como agentes de venda do Serviço Público nas suas instalações.

6) Compete ao Adjudicatário obter as licenças e autorizações necessárias e desenvolver, instalar, disponibilizar, gerir e manter as instalações, equipamentos e sistemas da rede de vendas.

7) No âmbito da obrigação de venda prevista na presente cláusula, o Adjudicatário deve, designadamente:

- a) Organizar, gerir e manter operacional os dispositivos de venda de títulos, incluindo o seu reabastecimento de valores e suportes de títulos;
- b) Organizar e gerir todo o processo de disponibilização de títulos de transporte aos motoristas para "venda a bordo", bem como efetuar o seu controlo;
- c) Prestar contas sobre a venda de títulos de transporte;
- d) Prestar assistência aos Passageiros na utilização do sistema de bilhética, esclarecendo-os sobre o seu funcionamento e promovendo a resolução imediata de problemas com que os Passageiros se venham a deparar na sua utilização.

8) O Adjudicatário é responsável pelo fornecimento e gestão do stock de suportes de títulos de transporte, designadamente cartões e bilhetes sem contacto.

9) O Adjudicatário é responsável pela aquisição e reposição dos demais consumíveis necessários à operação da rede de vendas, como sejam fitas de impressão de cartões, rolos de papel de recibo ou outros itens, nas quantidades necessárias a assegurar o funcionamento sem disrupção dos seus equipamentos.

Cláusula 23.^a | Sistema de Bilhética

1) O Adjudicatário obriga-se a implementar na Prestação de Serviços um Sistema de Bilhética que cumpra os requisitos identificados no Anexo 5 (Especificações SI/TIC).

2) O Adjudicatário é integralmente responsável pelo Sistema de Bilhética, designadamente quanto à sua disponibilização, gestão, manutenção, atualização, eventual integração com demais Operadores, emissão e comercialização de Títulos, emissão de faturação, recolha de valores, gestão dos canais de venda e controlo de acessos e operação e manutenção da totalidade dos equipamentos que constituem o sistema de bilhética, incluindo toda a infraestrutura informática

e de comunicações.

3) Todos os veículos utilizados no Serviço Público deverão estar equipados com validadores nos termos definidos no Anexo 5 (Especificações SI/TIC), podendo adotar-se soluções flexíveis ou móveis para os veículos subcontratados, desde que assegurada a sua integração com o Sistema de Bilhética do Adjudicatário.

4) Caso, por motivos alheios ao Adjudicatário, designadamente por dificuldades de cobertura de telecomunicações móveis e/ou dificuldades de cobertura do sistema de localização geográfica, não seja possível registar, em todas as validações, a informação relativa à Linha, sentido ou paragem, tais eventos deverão ser devidamente registados pelo Sistema de Bilhética, devendo o Adjudicatário informar o Município das zonas e Linhas em que estas situações se observam.

5) O Sistema de Bilhética poderá ainda incorporar a funcionalidade de Bilhética Móvel.

6) A Bilhética Móvel consiste na utilização de Títulos desmaterializados, carregados numa App, a qual permite a sua validação no Sistema de Bilhética do Operador com recurso à tecnologia NFC (Near Field Communication) e/ou QR-Code (Quick Response Code) dinâmicos.

Cláusula 24.^a | Fiscalização comercial

1) O Adjudicatário é responsável pela realização de ações de fiscalização comercial dos passageiros transportados, com objetivo de detetar e prevenir situações de fraude e evasão tarifária.

2) Para o efeito, o Adjudicatário deverá manter ou subcontratar um corpo de agentes de fiscalização, devidamente ajuramentados de acordo com a Lei em vigor, com a missão de controlar, prevenir e combater a fraude e evasão tarifária, realizando ações de fiscalização com carácter regular e amostral a bordo dos veículos, de forma repartida entre as várias Linhas e horários do Serviço Público.

3) O Adjudicatário obriga-se a manter um Sistema eletrónico de Gestão de Fiscalizações Comerciais, baseado na *cloud*, onde é registada informação atualizada relativamente a cada controlo de Títulos realizado e relativamente ao estado de cada auto de notícia elaborado.

4) O Adjudicatário obriga-se a facultar ao Município o acesso remoto do Sistema de Gestão de Fiscalizações Comerciais, com acesso a todas as suas funcionalidades através de permissões de visualização, consulta e *download* de dados, mas sem permissões de edição de dados.

5) Os agentes de fiscalização comercial devem controlar os Títulos de transporte

dos passageiros, realizando um registo automático eletrónico (através dos terminais móveis de fiscalização comercial) de todos os Títulos controlados no Sistema de Gestão de Fiscalizações Comerciais, incluindo a data, a hora e a Linha onde ocorreu tal controlo, bem como elaborar os autos de notícia correspondentes às situações de infração detetadas.

6) A fiscalização comercial deve dar cumprimento ao disposto na legislação aplicável, designadamente a Lei n.º 28/2006, de 4 de julho, na sua redação atual, bem como a Portaria n.º 37/2018, de 29 de janeiro.

7) O Adjudicatário deverá submeter à aprovação da Entidade Adjudicante, até 30 dias antes do termo de cada trimestre, o plano de fiscalizações comerciais a executar no trimestre seguinte, onde sejam indicadas as linhas, Circulações, horários e número expectável de passageiros a fiscalizar em cada dia, incluindo sábados, domingos e feriados.

8) O Adjudicatário garante uma taxa de fiscalização mensal mínima correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) dos passageiros transportados mensalmente, por Linha. Nas tipologias e subtipologias de linha T3 e T4, o objetivo de fiscalizar 0,5% (zero vírgula cinco por cento) dos passageiros afere-se trimestralmente.

9) O Adjudicatário obriga-se a adotar os procedimentos, sistemas e equipamentos de controlo de entrada nos veículos, bem como o número e abrangência de ações de fiscalização comercial que se revelarem necessárias por forma a assegurar, em cada trimestre do Período de Exploração, uma taxa de evasão tarifária igual ou inferior a 2% dos passageiros fiscalizados.

10) Caso a taxa de evasão tarifária apurada num dado trimestre seja superior ao limite previsto no número anterior, o Município tem direito à aplicação de deduções por falhas de desempenho, nos termos previstos no Anexo 3 (Avaliação de Desempenho).

11) O Município tem a opção de realizar ações de fiscalização comercial da sua iniciativa - com recurso a meios próprios ou através de subcontratação -, sem informação prévia ao Adjudicatário, por forma a confirmar a taxa de evasão tarifária reportada pela Adjudicatário, cujos resultados serão considerados no cálculo do indicador de desempenho relativo à taxa de evasão tarifária, conforme previsto no Anexo 3 (Avaliação de Desempenho).

12) Para efeitos do disposto no número anterior, o Adjudicatário deverá disponibilizar ao Município, sem custos para estes, cinco (5) unidades de terminais móveis de fiscalização comercial.

SECÇÃO IV

Relação com os utentes

Cláusula 25.ª | Apoio e informação ao público

1) O Adjudicatário obriga-se a assegurar a divulgação do Serviço Público, sem prejuízo de as Partes poderem acordar na realização de iniciativas conjuntas de promoção e divulgação, e a prestação, nos locais e meios apropriados, de apoio e informações ao público, antes, durante e após a prestação do serviço de transporte, designadamente a respeito de percursos, paragens, horários, tarifários, condições de utilização, alterações de serviço ou outras.

2) No âmbito da divulgação do Serviço Público, o Adjudicatário deverá produzir, atualizar e disponibilizar toda a sinalética, cartazes e demais meios de informação ao público, por forma a dar cumprimento ao Anexo do RJSPT, incluindo, nomeadamente, nos suportes disponibilizados pelo Município nas paragens com abrigo, rede de vendas, *Website*, *App*, a bordo dos veículos, nos meios de informação, folhetos ou outros. O Adjudicatário deverá garantir o estado de conservação dos conteúdos de informação prestada, designadamente nos suportes físicos referidos.

3) O Adjudicatário obriga-se ainda a disponibilizar um serviço de atendimento ao cliente, por correio eletrónico e por telefone (com chamada gratuita para os utilizadores), dimensionado por forma a dar uma resposta célere às solicitações recebidas, no âmbito do qual preste informações ao público relativamente a percursos, paragens, horários, tarifários, condições de utilização, atrasos e supressões de Circulações ou outras, no mínimo, entre as 09:00 e as 18:00, todos os dias do ano.

4) O Adjudicatário deverá produzir e disponibilizar nos postos de venda, sempre que lhe seja solicitado, o mapa da rede, horários das Linhas e tarifário em vigor, em suporte de papel.

5) Todos os meios e suportes de informação ao público, designadamente *Website*, *App*, sinalética nas paragens e a bordo, folhetos, cartazes ou outros deverão ser disponibilizados, no mínimo, em línguas Portuguesa e Inglesa, exceto quando tal não se afigure exequível.

6) O Adjudicatário obriga-se a proceder à divulgação, de forma adequada e atempada, de qualquer alteração ao Plano de Rede e Oferta que se encontre em vigor, designadamente através da afixação de avisos na rede de vendas, nas paragens com abrigo, a bordo dos veículos, no *Website*, na *App*, nos meios de comunicação social e/ou através da distribuição de folhetos nas caixas de correio.

Cláusula 26.^a | Website e App

1) O Adjudicatário pode manter um *Website* preparado para utilização através de computador, *smartphone* e *tablet*, onde conste toda a informação relativa ao Serviço Público e que cumpra, no mínimo, os requisitos e funcionalidades constantes do Anexo 5 (Especificações SI/TIC).

2) O Adjudicatário pode desenvolver, gerir e disponibilizar uma *App* preparada para utilização através de *smartphone* e *tablet*, onde conste toda a informação relativa ao Serviço Público e que cumpra, no mínimo, os requisitos e funcionalidades constantes do Anexo 5 (Especificações SI/TIC).

3) Todos os conteúdos do *Website* e da *App* deverão estar permanentemente atualizados e serem disponibilizados, no mínimo, nas línguas Portuguesa e Inglesa.

Cláusula 27.^a | Relacionamento com os passageiros e reclamações

1) O Adjudicatário obriga-se a prestar assistência permanente aos passageiros, atendendo, designadamente, às diferentes necessidades dos mesmos e cumprir a legislação europeia e nacional aplicável respeitante ao contrato de transporte e direitos dos passageiros, designadamente as estabelecidas no Decreto-Lei n.º 9/2015, de 15 de janeiro, e no Regulamento (UE) n.º 181/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011.

2) Nos termos do número anterior, o Adjudicatário obriga-se a:

- a) Elaborar e submeter à aprovação das entidades competentes, durante o Período de Transição Inicial, um contrato de transporte com os passageiros, assumindo as responsabilidades, perante estes, pela exploração e prestação do serviço público de transporte rodoviário e por Funicular de passageiros, nos termos do Decreto-Lei n.º 9/2015, de 15 de janeiro.
- b) Elaborar e submeter à aprovação das entidades competentes, durante o Período de Transição Inicial, um quadro resumo com informações claras e compreensíveis sobre os direitos dos passageiros, nos termos do Regulamento (UE) n.º 181/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2011.

3) Nos postos de venda e agentes de venda, no interior dos veículos, nas paragens com abrigo de passageiros, nos terminais, na *App* e no *Website* deverá ser afixada informação relativa ao contrato de transporte e direitos dos passageiros, bem como contactos do serviço de atendimento ao cliente.

4) O Adjudicatário deve assegurar que, em todas as formas de relacionamento com os passageiros, os seus colaboradores e subcontratados atuam com cordialidade e cortesia, procurando assegurar uma resposta adequada às solicitações dos passageiros.

5) O Adjudicatário deve publicitar, de forma adequada, visível e eficaz, toda a informação relevante sobre a rede, a oferta, horários, Títulos e Tarifas do Serviço Público em exploração e as respetivas alterações pontuais ou permanentes, bem como disponibilizar serviços de atendimento e apoio ao cliente nos terminais, sem prejuízo de outros que se afigurem pertinentes (ex. na sede do Adjudicatário), designadamente para formulação de queixas, reclamações ou requerimentos, assim como para a prestação de esclarecimentos.

6) O Adjudicatário obriga-se a ter à disposição dos passageiros livro de reclamações físico e eletrónico, nos termos da legislação aplicável.

SECÇÃO V Meios de exploração

Cláusula 28.^a | Obrigação geral do Adjudicatário

1) O Adjudicatário está obrigado a disponibilizar e manter de forma permanente e ininterrupta os meios de exploração necessários e adequados para a exploração do Serviço Público por modo rodoviário, para além daqueles que forem disponibilizados pelo Município, designadamente veículos, equipamentos, instalações, sistemas e materiais.

2) Os bens referidos no número anterior incluem, designadamente:

- a) O Material Circulante, nos termos da Cláusula seguinte;
- b) Parques de materiais e oficinas (PMO) devidamente licenciados, que incluam, pelo menos, áreas devidamente dimensionadas e equipadas para estacionamento e lavagem do Material Circulante, tratamento de resíduos, posto de abastecimento/carregamento de veículos e oficinas e infraestruturas de apoio ao pessoal;
- c) Os sistemas e equipamentos tecnológicos previstos no Contrato;
- d) Os elementos de sinalização das paragens, complementares aos disponibilizados pelo Município;
- e) Todos os consumíveis necessários à Prestação de Serviços.

3) A prestação do Serviço Público respeitante ao Funicular será realizada pelo

Adjudicatário mediante a operação, por este, das instalações, bens e equipamentos que compõem o Funicular e de que o Município é proprietário, devidamente identificados no Anexo 6 (Funicular e Material Circulante), e que são colocados à sua disposição na data de produção de efeitos do Contrato mediante realização de vistoria e elaboração de auto de entrega subscrito por ambas as partes.

4) O Adjudicatário obriga-se a manter os veículos e restantes meios de exploração utilizados no Contrato em bom estado de funcionamento e conservação, por forma a garantir a sua operacionalidade e o cumprimento de todos os requisitos de segurança legalmente estabelecidos.

Cláusula 29.ª | Material Circulante

1) O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar o Material Circulante necessário à Operação por modo rodoviário, a qual deve observar, no mínimo, as exigências previstas na legislação aplicável e no Anexo 6 (Funicular e Material Circulante).

2) O Adjudicatário deve utilizar a tipologia de veículo mais adequada à execução regular e eficiente da Prestação de Serviços por modo rodoviário, tendo em conta, designadamente o nível de procura do serviço e as condições rodoviárias que caracterizam o Percurso do Serviço.

3) Os veículos rodoviários a utilizar na exploração do Serviço Público devem estar devidamente licenciados e homologados, nos termos da legislação em vigor, para a atividade de transporte público de passageiros.

4) O Adjudicatário procede obrigatoriamente à substituição de cada veículo afeto à prestação do Serviço Público por modo rodoviário, no momento em que este deixe de cumprir os requisitos de idade estabelecidos, por outro veículo por si disponibilizado, que deve igualmente cumprir o disposto no n.º 1, e ter uma idade inferior à do veículo a substituir.

5) A substituição de veículos por outros motivos que não os previstos no n.º 4 é comunicada previamente ao Município, mediante pedido fundamentado por parte do Adjudicatário, indicando o veículo a substituir, o motivo da substituição e o veículo substituto.

6) O Município pode recusar a afetação de qualquer veículo ao Serviço Público por modo rodoviário, caso o mesmo não cumpra os requisitos previstos no n.º 1, incluindo os que sejam afetados mediante subcontratação.

7) Ao longo do Período de Exploração, o Município pode determinar ao Adjudicatário que sejam usados, em determinadas Linhas, veículos com características e/ou tecnologias específicas, diferentes ou em maior quantidade que a prevista

no n.º 1.

8) No caso previsto no número anterior, e caso tal implique um agravamento de encargos para o Adjudicatário que seja comprovadamente demonstrado e fundamentado, este tem direito ao pagamento, pelo Município, do respetivo diferencial, calculado em termos de TCO (*total cost of ownership*), numa base de ciclo de vida.

9) No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da celebração do Contrato, o Adjudicatário deve comunicar ao Município o número de veículos «limpos» a afetar à operação, nos termos do Decreto-Lei n.º 86/2021, de 19 de outubro, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1161, que estabelece o regime jurídico relativo à promoção de veículos de transporte rodoviário limpos a favor da mobilidade com nível baixo de emissões.

Cláusula 30.ª | Utilização dos bens para outras finalidades

1) Fica autorizada, nos termos da presente cláusula e desde que o Adjudicatário mantenha uma contabilidade analítica que permita separar as contas de tais atividades e da Prestação de Serviços, a utilização dos bens previstos na Cláusula 28.ª para o exercício pelo Adjudicatário das seguintes atividades:

- a) Serviço público de transporte de Passageiros que não integre o Contrato, incluindo o serviço de transporte escolar através de circuitos especiais e o serviço de transporte expresso;
- b) Serviço de transporte comercial de Passageiros, considerado como tal qualquer serviço de transporte não qualificável como “serviço público de transporte de Passageiros” nos termos da alínea n) do artigo 3.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

2) A utilização dos bens previstos na Cláusula 28.ª para o exercício pelo Adjudicatário de outras atividades para além das referidas do número anterior carece de autorização prévia e expressa do Município.

3) O Adjudicatário deve garantir que a utilização dos bens referidos nos números anteriores para os efeitos aí previstos seja realizada em plena conformidade com as normas NP e a legislação aplicável e não prejudique o funcionamento normal e com qualidade da Prestação de Serviços, devendo sempre prevalecer o cumprimento da Prestação de Serviços no caso da impossibilidade de cumprimento em simultâneo desta e das demais atividades do Adjudicatário.

Cláusula 31.^a | Paragens e Terminais

- 1) O Adjudicatário deve utilizar as paragens e os terminais rodoviário e de Funicular indicados no Anexo 1 (Rede).
- 2) É responsabilidade do Adjudicatário requerer, nos termos legalmente previstos, o acesso ao terminal de transporte público previsto no n.º 1, sujeitando-se às respetivas regras e condições de utilização a cada momento estabelecidas pela entidade gestora do terminal em causa, designadamente tarifários, preços dos serviços prestados e regras de repartição de capacidade.
- 3) A utilização pelo Adjudicatário do terminal a que se refere a presente cláusula não envolve exclusividade, supondo, nos termos da legislação aplicável, o acesso em condições equitativas, não discriminatórias e transparentes aos mesmos por todos os outros operadores de serviços públicos de transporte de Passageiros.
- 4) O Adjudicatário é responsável pela informação ao público no terminal rodoviário e em todas as paragens rodoviárias e de Funicular do Serviço Público, designadamente no mobiliário urbano como abrigos de passageiros e demais suportes físicos e informativos instalados para o efeito.
- 5) O Adjudicatário é ainda responsável pela disponibilização de todos os dados necessários ao funcionamento dos painéis de informação dos horários das paragens em tempo real que o Município venha a instalar.
- 6) A responsabilidade pela instalação de postaletes nas paragens, bem como pela instalação e manutenção dos abrigos de passageiros nas paragens é do Município.
- 7) A exploração comercial do terminal rodoviário e dos abrigos e paragens rodoviários e do Funicular, nomeadamente para fins publicitários, é da competência das entidades públicas responsáveis pelos mesmos.

Cláusula 32.^a | Manutenção, limpeza e higienização

- 1) O Adjudicatário obriga-se a manter todos os bens utilizados na Prestação de Serviços em bom estado de funcionamento e conservação, por forma a garantir a sua operacionalidade, fiabilidade e segurança, bem como o conforto dos passageiros e a imagem do Serviço Público.
- 2) O Adjudicatário obriga-se a elaborar e cumprir um plano de manutenção dos bens utilizados na Prestação de Serviços, que cumpra o disposto no Anexo 7 (Manutenção e limpeza).
- 3) As atividades de manutenção deverão ser executadas de acordo com as melhores

práticas, correspondentes ao estado da arte, cumprindo integralmente os manuais, procedimentos, normas e regulamentos preconizados pelos respectivos fabricantes e estabelecidos na lei, bem como os previstos no Contrato.

4) O Adjudicatário obriga-se ainda a manter atualizados registos fidedignos das atividades de manutenção realizadas, em cumprimento do plano de manutenção em vigor.

5) O Adjudicatário obriga-se a proceder à rápida reparação/resolução de todas as deficiências, avarias, acidentes e incidentes, que se tornem necessárias para a plena realização das atividades de Operação, adotando para tal as medidas, incluindo de articulação com terceiros, necessárias para a concretização destas ações.

6) O Adjudicatário obriga-se a elaborar e cumprir um plano de limpeza e higienização da Material Circulante, das instalações e dos equipamentos a utilizar pelo público, que cumpra o disposto no Anexo 7 (Manutenção e limpeza).

7) O Adjudicatário obriga-se ainda a afixar a bordo dos veículos e nas instalações dedicadas aos passageiros, em local visível ao público, o plano de limpeza e higienização em vigor para esse local, bem como os registos atualizados e fidedignos das atividades de limpeza e higienização realizadas.

Cláusula 33.ª | Transporte de passageiros com cadeira de rodas

Os veículos da Material Circulante devem estar preparados para o transporte de 1 (um) passageiro em cadeira de rodas, nos termos previstos no Anexo 6 (Funicular e Material Circulante).

Cláusula 34.ª | Publicidade

1) O Adjudicatário tem o direito de explorar publicidade comercial no Material Circulante.

2) Para o efeito, poderá ser aplicada publicidade nos veículos afetos à Prestação de Serviços, nos termos da deliberação n.º 769/2019 do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., sem prejuízo de outra legislação aplicável.

3) A publicidade comercial a que se refere o n.º 1 não deve incluir conteúdos de cariz sexual, chocante ou político, devendo respeitar a legislação aplicável, nomeadamente o Código da Publicidade.

Cláusula 35.^a | Normas de configuração gráfica

1) O Adjudicatário deverá respeitar, em todos os documentos, instalações, meios de informação ao público, *Website*, *App*, veículos, paragens, rede de vendas, Títulos de transporte e demais formas de identificação da Prestação de Serviços, a marca e logótipo do Serviço Público, que vierem a ser aprovados pelo Município, no prazo de um (1) mês a contar do início do Período de Transição Inicial, não podendo utilizar, salvo prévia autorização do Município, qualquer outra marca, insígnia, logótipo, nome de domínio ou qualquer outro sinal distintivo de comércio, independentemente do seu tipo ou natureza.

2) O Adjudicatário deverá elaborar e submeter à aprovação do Município, no prazo de um (1) mês da aprovação da marca e logótipo a que se refere o número anterior, o manual de normas gráficas que se compromete a respeitar na exploração do Serviço Público, que inclua, designadamente:

- a) O modelo gráfico da caracterização dos autocarros a utilizar na exploração do Serviço Público.
- b) O modelo gráfico das placas toponímicas a adotar nos terminais rodoviários e nas paragens rodoviárias e do Funicular, na exploração do Serviço Público.
- c) O modelo gráfico dos horários, mapas da rede e mapas esquemáticos de carreira a afixar no terminal e nas paragens rodoviárias e do Funicular, na exploração do Serviço Público.
- d) O modelo gráfico dos suportes e Títulos de transporte a utilizar na exploração do Serviço Público.
- e) O modelo gráfico do fardamento dos motoristas e pessoal de bilheteiras.

SECÇÃO VI Recursos humanos

Cláusula 36.^a | Estrutura de recursos humanos

1) O Adjudicatário obriga-se a estabelecer e a manter uma estrutura de recursos humanos que permita dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Contrato, devendo dispor, durante todo o Período de Exploração, de um número suficiente de pessoal dotado de experiência e formação adequadas e qualificação ou licenciamento necessário (quando aplicável) para desenvolver, de forma contínua e pontual, as atividades incluídas na Prestação de Serviços.

2) O Adjudicatário deve dar cumprimento ao disposto nos instrumentos de contratação coletiva aplicáveis e ao regime jurídico aplicável em caso de transmissão de unidade económica, previsto na Diretiva n.º 2001/23/CE, do Conselho, de 12 de Março de 2001, e nos artigos 285.º e seguintes do Código do Trabalho, nos termos dos quais se transmite para o Adjudicatário, com efeitos no primeiro dia do Período de Exploração, a posição do empregador nos contratos de trabalho dos trabalhadores que no momento da adjudicação se encontram ao serviço dos operadores que prestam o serviço público correspondente ao objeto do Contrato, salvo em caso de oposição dos trabalhadores ou dos respetivos empregadores, reconhecendo-lhes todos os direitos de que seriam titulares caso se considerasse verificada uma transmissão de unidade económica na aceção do regime jurídico acima referido.

3) A obrigação de contratação imposta no número anterior opera mediante cessão da posição contratual de cada um dos operadores que prestam o serviço público correspondente ao objeto do Contrato para o Adjudicatário, através de acordo tripartido, segundo o qual este assume todos os direitos e deveres que dos contratos de trabalho decorriam para cada um dos operadores que prestam o serviço público correspondente ao objeto do Contrato, no caso de cada um dos operadores que prestam o serviço público correspondente ao objeto do Contrato autorizar a referida cessão da posição contratual.

4) No caso de algum dos operadores que prestam o serviço público correspondente ao objeto do Contrato não autorizar a cessão da posição contratual nos termos do número anterior, a obrigação de contratação prevista no n.º 2 opera mediante a celebração de um novo contrato entre o trabalhador e o Adjudicatário, através do qual este último deve assegurar ao trabalhador, pelo menos, direitos e garantias, incluindo antiguidade, idênticos aos decorrentes da relação contratual previamente existente entre um tal trabalhador e o respetivo empregador.

5) A lista não nominal dos trabalhadores que no momento do lançamento pré-contratual se encontram ao serviço dos atuais operadores que prestam o serviço público correspondente ao objeto do Contrato e as respetivas condições de remuneração contratuais constam do Anexo 8 (Lista de Trabalhadores).

6) A obrigação constante do n.º 2 fica condicionada à apresentação pelo Município ao Adjudicatário, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início de vigência do Contrato, do contrato individual de trabalho, caso exista, de cada um dos trabalhadores a que se refere o Anexo 8 (Lista de Trabalhadores), dos recibos de salário e declarações anuais de remuneração, que sejam comprovativos dos rendimentos mencionados no Anexo 8 (Lista de Trabalhadores), todos relativos ao período de tempo decorrido entre a data referida no Anexo 8 (Lista de Trabalhadores) e a data da adjudicação.

7) No prazo previsto na Cláusula 6.^a, o Adjudicatário deve apresentar, para aprovação do Município, a lista da estrutura de recursos humanos a utilizar para a Prestação de Serviços, com identificação completa de cada elemento integrante da equipa de recursos humanos, respetiva função e categoria profissional e restantes campos de informação constantes do Anexo 8 (Lista de Trabalhadores), a qual deve ser aprovada pelo Município no prazo de 20 (vinte) dias.

8) A lista a que se refere o número anterior deve ser acompanhada da seguinte informação:

- a) Quais, de entre a lista de recursos humanos, são recursos humanos correspondentes aos descritos no Anexo 8 (Lista de Trabalhadores);
- b) Se a integração dos recursos humanos referidos na alínea anterior operou por via de uma transmissão de unidade económica nos termos legais ou da obrigação de contratação prevista na presente cláusula;
- c) Indicação dos casos em que tenha havido oposição do trabalhador à contratação prevista no n.º 2;
- d) Indicação, no caso dos recursos humanos contratados nos termos do n.º 2, sobre se a contratação operou mediante cessão da posição contratual do anterior operador nos termos do n.º 3 ou mediante novo contrato nos termos do n.º 4, acompanhada dos documentos contratuais em causa;
- e) Quais os recursos humanos que não se encontram indicados no Anexo 8 (Lista de Trabalhadores), discriminando aqueles que pertencem a entidades subcontratadas.

9) O Adjudicatário é responsável pelo atraso no início do Período de Exploração que resulte da não aprovação dos recursos humanos nos termos dos números anteriores.

10) O Adjudicatário é inteiramente responsável pela gestão da sua estrutura de recursos humanos, pelo relacionamento com os seus trabalhadores, pela negociação e celebração de acordos de empresa, bem como pelo cumprimento das disposições legais, regulamentares e convencionais em vigor em matéria laboral, designadamente sobre higiene, segurança e medicina no trabalho.

11) Os acordos de empresa celebrados pelo Adjudicatário que digam respeito aos trabalhadores afetos à Prestação de Serviços carecem obrigatoriamente de autorização prévia e expressa do Município, e não podem ter uma vigência que exceda o termo do Período de Exploração, nem incluir medidas que gerem encargos após essa data.

12) Os recursos humanos que venham a ser contratados após o início do Período de Exploração, com funções relativas ao serviço de bilheteira, atendimento e

informação ao público, deverão ter como requisito de admissão a competência em língua inglesa, no nível de utilizador independente (B1), de acordo com a escala do Conselho da Europa.

13) Os recursos humanos afetos à Prestação de Serviços na data de início do Período de Exploração que não tenham competências em língua inglesa no nível de utilizador básico (A1), de acordo com a escala do Conselho da Europa, deverão receber formação por parte do Adjudicatário, por forma a atingir esse grau de proficiência até ao termo do segundo ano após o início do Período de Exploração.

14) O Adjudicatário deve elaborar anualmente um relatório relativo aos recursos humanos afetos à Prestação de Serviços, do qual conste um organograma funcional, a identificação nominal dos recursos humanos, respetiva função, departamento, vínculo laboral, data de nascimento, número de horas suplementares trabalhadas, condições remuneratórias, afetação ao Serviço Público, discriminação de custos anuais relativos a todas as rubricas de encargos de pessoal, alterações à estrutura de recursos humanos ocorridas durante o ano, evidenciando os recursos entretanto contratados, respetiva função e qualificações, e bem assim as eventuais alterações às condições e convenções de trabalho que tenham sido acordadas com os trabalhadores e as suas estruturas representativas, bem como quaisquer autos que tenham eventualmente sido levantados pela Autoridade para as Condições do Trabalho.

15) O Adjudicatário deverá assegurar que a sua estrutura de recursos humanos incorpora as seguintes funções, que podem ser asseguradas pela mesma pessoa, de forma cumulativa:

- a) Responsável de Operações: pertencente a uma das áreas de Administração / Gerência / Direção, o qual deve cumprir o requisito de capacidade profissional a que alude o n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 3/2001, de 10 de janeiro.
- b) Responsável Financeiro: pertencente a uma das áreas de Administração / Gerência / Direção, com formação superior e, pelo menos, 5 (cinco) anos de experiência em funções associadas a finanças, economia, contabilidade ou gestão.

16) O Adjudicatário obriga-se a apresentar provas das qualificações e experiência do seu pessoal ou do pessoal subcontratado, sempre que tal seja solicitado pelo Município.

17) O Adjudicatário obriga-se a assegurar que todos os meios humanos utilizados no âmbito da Prestação de Serviços, incluindo o pessoal de entidades subcontratadas, empregam toda a sua competência e diligência na realização das tarefas que lhe forem cometidas.

Cláusula 37.^a | Fardamento

O pessoal afeto à Prestação de Serviços que, no exercício das suas funções regulares tenha relacionamento com os passageiros e público em geral, neles se incluindo, pelo menos, os motoristas e pessoal de bilheteira, deverá estar devidamente fardado, por forma a projetar uma imagem de profissionalismo, qualidade e confiança no Serviço Público, nos termos do manual de fardamento a aprovar pelo Município.

SECÇÃO VII Gestão da operação

Cláusula 38.^a | Sistema de apoio à exploração

- 1) O Adjudicatário obriga-se a implementar e disponibilizar um Sistema de Apoio à Exploração com as características estabelecidas no Anexo 5 (Especificações SI/TIC)
- 2) O Adjudicatário é responsável pelo fornecimento, instalação, colocação em serviço, operação e manutenção dos equipamentos que constituem o sistema de apoio à exploração, incluindo toda a infraestrutura informática e de comunicações.
- 3) O Sistema de Apoio à Exploração deverá permitir a recolha dos dados e produção de todas as estatísticas relativas ao controlo da prestação do Serviço Público previstas no Contrato, de forma automática, fiável, inviolável e verificável.
- 4) O Adjudicatário facultará o acesso em tempo real ao Sistema de Apoio à Exploração ao Município, com possibilidade de utilização de todas as funcionalidades, designadamente de consulta e produção de relatórios e respetivo *download*, sem permissões para edição de dados.
- 5) O Sistema de Apoio à Exploração deve, em cumprimento do disposto no Anexo 5 (Especificações SI/TIC), assegurar o envio de, e para, a Plataforma de Gestão a que se refere a Cláusula seguinte, de todas as informações produzidas, no mais curto espaço de tempo.

Cláusula 39.^a | Plataforma de Gestão

- 1) O Adjudicatário obriga-se, durante o Período de Exploração, a assegurar e integrar os seus sistemas de SAE, Bilhética e informação ao público com as

funcionalidades da Plataforma de Gestão que o Município venha a indicar.

2) A função da plataforma de gestão consiste, nomeadamente, em proporcionar às Partes um instrumento de gestão e monitorização organizada e integrada da execução do Contrato, assegurando, entre outros, a interação da informação produzida relativamente ao *tracking*, registo de bilhética, e gestão contabilística da atividade do Serviço Público.

Cláusula 40.^a | Segurança e gestão de situações de emergência

1) O Adjudicatário é responsável, no âmbito da exploração do Serviço Público, por assegurar a segurança de pessoas e bens e pela implementação de práticas e procedimentos de segurança e de um adequado sistema de gestão de emergências.

2) O Adjudicatário é responsável pelo cumprimento todas as normas e regulamentos legais relativos à segurança de pessoas e bens aplicáveis à exploração do Serviço Público, em especial no que concerne à segurança rodoviária e inspeção técnica periódica de veículos.

3) O Adjudicatário obriga-se a promover e incentivar, na exploração do Serviço Público, práticas de condução segura, bem como práticas de condução que promovam a comodidade dos passageiros, especialmente quando são transportados passageiros em pé, evitando a realização de manobras que envolvam acelerações, travagens e mudanças de direção bruscas.

4) O Adjudicatário obriga-se a implementar medidas de controlo de situações de condução sobre efeitos do álcool e de outras substâncias proibidas durante a condução, na exploração do Serviço Público.

5) Em caso de acidente que afete a normal exploração do Serviço Público e/ou que tenha qualquer impacto nas suas condições de segurança, cabe ao Adjudicatário dirigir, promover e implementar, de imediato, todas as diligências necessárias e adequadas para a rápida e a eficaz resolução da questão.

6) O Adjudicatário obriga-se a desenvolver um plano de emergência ou medidas de autoproteção, consoante o aplicável, que deem cumprimento aos termos legais, contemple todos os aspetos específicos da Prestação de Serviços, todos os bens afetos à mesma, bem como a articular-se e a coordenar-se com todas as entidades que intervenham na resolução de situações de emergência, nomeadamente serviços municipais, entidades fornecedoras de energia e de combustíveis, as forças de segurança ou a proteção civil e bombeiros.

7) Todas as situações de emergência devem ser comunicadas ao Município, devendo o Adjudicatário descrever em detalhe a situação ocorrida e as respetivas causas, se já conhecidas, especificando as diligências que levou a cabo, bem como

aquelas que considera adequado vir ainda a executar.

8) O Adjudicatário é responsável pela reposição e a reparação de quaisquer bens que sejam afetados, perdidos ou deteriorados, em consequência de situações de emergência, por causas que lhe sejam imputáveis.

SECÇÃO VIII Outras disposições

Cláusula 41.ª | Responsabilidade civil

1) O Adjudicatário é responsável, nos termos gerais de direito, por quaisquer prejuízos causados ao Município ou a terceiros, pela culpa ou pelo risco, no exercício da atividade objeto do Contrato.

2) Inclui-se no âmbito da responsabilidade do Adjudicatário perante o Município a responsabilidade pelos prejuízos a que derem origem as entidades por si contratadas nos termos em que o é o comitente pelos atos do comissário.

Cláusula 42.ª | Seguros

1) O Adjudicatário obriga-se a contratar e manter apólices de seguro com montantes de capitais seguros adequados por forma a garantir, de um modo efetivo e eficaz, a cobertura dos riscos e danos inerentes ao cumprimento do Contrato, incluindo, mas sem limitar, os seguros obrigatórios ao abrigo da legislação aplicável, celebrado com empresas de seguros devidamente autorizadas para o exercício da atividade seguradora, abrangendo danos próprios e a terceiros.

2) A obrigação referida no número anterior abrange, pelo menos, a cobertura dos seguintes riscos:

- a) Seguro de responsabilidade civil.
- b) Seguro de responsabilidade civil automóvel com proteção de ocupantes e condutor relativo a todos os veículos utilizadas na exploração do Serviço Público.
- c) Seguro de acidentes de trabalho.
- d) Seguro multirriscos relativo de danos patrimoniais, pelo seu valor de substituição ou reparação.
- e) Todos os demais seguros que sejam obrigatórios nos termos da lei.

3) O Adjudicatário obriga-se a manter as apólices de seguro em vigor, a cumprir

os seus termos e condições e a comprová-los perante o Município, sempre que tal lhe seja solicitado.

4) O Adjudicatário fará consignar em todos os contratos que venha a celebrar as disposições aplicáveis aos seguros contratados no âmbito do Contrato.

5) Os termos e condições dos seguros a contratar devem reger-se pela lei portuguesa e não devem restringir a possibilidade de demandar as empresas de seguros judicialmente em Portugal. Os seguros não devem conter limitações ou exclusões ao âmbito das coberturas, restrições quanto ao âmbito temporal e territorial, franquias, valores máximos dos capitais seguros, ou imposições de deveres ao tomador de seguro e aos segurados que excedam os termos e condições usuais no mercado segurador e ressegurador ou que, por qualquer outro motivo, ponham ou possam razoavelmente pôr em causa o carácter efetivo e completo da cobertura dos riscos inerentes ao cumprimento do Contrato.

6) Os seguros devem vigorar pelo menos desde o início do Período de Exploração e manter-se válidos e em vigor pelo menos até à data de cessação do Contrato, qualquer que seja a causa, obrigando-se o Adjudicatário a exibí-las sempre que o Município o exija.

7) Os encargos referentes a todos os seguros, incluindo, além do mais, os prémios e qualquer dedução efetuada pela companhia seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, são da responsabilidade do Adjudicatário.

8) Os seguros de responsabilidade civil com pluralidade de segurados devem obrigatoriamente conter uma cláusula de responsabilidade civil cruzada e, no caso de seguros em que o capital seguro seja reduzido na sequência da ocorrência de sinistros, uma cláusula de reposição automática de capital, sempre que ocorra um sinistro participado à respetiva entidade seguradora, em valor equivalente ao volume das indemnizações liquidadas e/ou previstas.

9) O Adjudicatário participa de imediato às entidades seguradoras qualquer ocorrência em relação à qual o mesmo ou qualquer terceiro, incluindo o Município, possa ter direito de indemnização ao abrigo dos seguros e leva por diante, diligentemente, qualquer reclamação e/ou pretensão válida.

10) O Município não responderá por quaisquer tipos de responsabilidades, seja a que título for, correndo por conta e risco do Adjudicatário os riscos pela inadequação, cancelamento, suspensão, modificação ou substituição das referidas apólices de seguros. A contratação dos seguros não constitui qualquer limitação das obrigações e responsabilidades decorrentes do Contrato para o Adjudicatário.

Cláusula 43.^a | Caução

- 1) Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações legais e contratuais, o Adjudicatário fica obrigado a prestar, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação, uma caução, efetuada através de depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, ou mediante garantia bancário ou seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário, em conformidade com o modelo constante do Programa do Procedimento, sem alusão a qualquer prazo de validade, cujo valor corresponde a 5% do preço contratual.
- 2) Todas as despesas e os encargos relacionados com a caução são suportados pelo Adjudicatário.
- 3) A caução a que se refere o n.º 1 é incondicional e irrevogável, devendo a respetiva instituição bancária proceder ao pagamento de quaisquer quantias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após notificação para o efeito pelo Município, sem quaisquer reservas, não podendo opor qualquer reclamação de direito ou de facto ou por qualquer forma questionar a justeza ou conformidade do pedido ou da sua conformidade com o disposto no Contrato, constituindo obrigação autónoma e própria da instituição bancária garante.
- 4) O Município pode executar a caução, para satisfação das importâncias que se mostrem devidas por força do não cumprimento de quaisquer obrigações legais, pré-contratuais ou contratuais do Adjudicatário, designadamente quando este não proceda ao pagamento de sanções contratuais pecuniárias, não efetue o pagamento de custos ou despesas da sua responsabilidade e que o Município tenha que incorrer nos termos previstos no Contrato, ou ainda quando tal se revele necessário em resultado da aplicação de disposições contratuais.
- 5) Sempre que o Município execute a totalidade ou parte da caução, o Adjudicatário deve proceder à reposição do respetivo montante no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação que, para o efeito, lhe seja efetuada pelo Município; caso contrário, estes podem fixar-lhe um prazo adicional para o efeito, durante o qual lhe pode aplicar uma sanção pecuniária por cada dia de atraso de acordo com o disposto na Cláusula 65.^a, ou pode resolver o Contrato.
- 6) O Município promove a liberação integral da caução no prazo de 30 (trinta) dias após o cumprimento de todas as obrigações do Adjudicatário.
- 7) A liberação da caução prevista no número anterior é feita mediante declaração escrita emitida pelo Município.

Cláusula 44.^a | Propriedade intelectual

- 1) O Adjudicatário deve utilizar e respeitar, em todos os documentos, Website, App, aplicações móveis ou outros elementos de informação ao público, Material Circulante, veículos de apoio, paragens, abrigos, postaletes, pontos de venda e atendimento ao Passageiro, fardamento e demais elementos de comunicação necessários no âmbito da Prestação de Serviços, os sinais distintivos do comércio da Prestação de Serviços, tal como a marca, o logótipo e o manual de imagem, identidade e normas gráficas das marcas.
- 2) O Adjudicatário não pode utilizar, salvo prévia autorização do Município, qualquer outro sinal distintivo de comércio, independentemente do seu tipo ou natureza.
- 3) O Município é titular dos direitos de propriedade intelectual das marcas, logótipos, manual de identidade, imagem e normas gráficas, incluindo todos os sinais distintivos do comércio referidos no n.º 1.
- 4) O Adjudicatário deve assegurar que dispõe dos direitos necessários à utilização de todos os bens por si disponibilizados para a Prestação de Serviços, incluindo os decorrentes de marcas registadas ou logótipos, patentes, desenhos ou modelos de utilidade ou direitos de autor ou, em alternativa, licenças de utilização por períodos correspondentes à vigência do Contrato.
- 5) O Adjudicatário é exclusivamente responsável pela correta e devida utilização de quaisquer direitos de propriedade intelectual, independentemente da titularidade do direito em causa.
- 6) O Adjudicatário é também exclusivamente responsável por todas e quaisquer infrações a direitos de propriedade intelectual resultantes da sua atuação (ação ou omissão), mesmo depois de terminado o Contrato, por qualquer causa.
- 7) Caso seja deduzida contra o Município qualquer pretensão, de natureza graciosa, judicial e/ou arbitral, relativamente à matéria da presente cláusula, o Município dá conhecimento ao Adjudicatário desse facto, devendo este assumir, nomeadamente através de incidente processual, a condução, a expensas próprias, de todas as negociações ou processos, administrativos e/ou judiciais e/ou arbitrais, para a boa resolução do caso.
- 8) Nos casos previstos no número anterior, o Município faculta toda a assistência que o Adjudicatário justificadamente lhe solicite e que aquele possa razoavelmente lhe prestar, sendo as respetivas despesas suportadas pelo Adjudicatário.
- 9) Se o Município, por força do disposto nesta cláusula, vier a ser condenado por decisão transitada em julgado, aqui se incluindo homologação de transação,

terão direito de regresso contra o Adjudicatário.

10) Se o Adjudicatário, seja por que motivo for, violar o disposto nesta cláusula e não assumir e/ou não se responsabilizar pelas consequências dessa violação, o Município pode ainda exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma compensação pelos prejuízos sofridos e que, a título de cláusula penal, se fixam no montante que corresponde ao valor por ela pago decorrente de eventual condenação ou de acordo extrajudicial, sem prejuízo do direito a maior indemnização caso os danos efetivamente sofridos excedam o montante da cláusula penal.

Cláusula 45.^a | Proteção de dados pessoais

1) O Adjudicatário deve cumprir a todo o momento e em qualquer tratamento de dados pessoais o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e dos dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016), a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, bem como as deliberações que contenham recomendações da Comissão Nacional de Proteção dos Dados Pessoais.

2) Enquanto responsável pelo tratamento de dados pessoais, o Adjudicatário deve adotar as medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir a confidencialidade e segurança dos dados pessoais por si tratados de forma a prevenir e evitar a sua destruição, acidental ou ilícita, alteração, perda acidental difusão ou acesso não autorizados, nomeadamente quando os mesmos forem transmitidos por rede e contra qualquer forma de tratamento ilícito, em conformidade com as categoriais de dados tratados e as obrigações legais e contratuais a cargo.

3) Especialmente em relação ao funcionamento do sistema de geolocalização por GPS - Global Positioning System ou sistema de posicionamento global instalado no Material Circulante pelo Adjudicatário, o tratamento dos dados pessoais recolhidos a partir desse sistema pelo Adjudicatário enquanto responsável pelo tratamento apenas deve ocorrer no âmbito da realização das atividades objeto do Contrato, nomeadamente no quadro da gestão da Operação e no âmbito da fiscalização do cumprimento de obrigações contratuais ou da legislação rodoviária, ficando desde logo proibido o tratamento com vista à monitorização do desempenho profissional dos motoristas dos veículos ou para controlo da sua localização durante o seu tempo livre.

4) O Adjudicatário obriga-se a dar conhecimento aos motoristas dos veículos da

existência e finalidade do sistema de geolocalização referido no número anterior, bem como a pedir parecer prévio à respetiva comissão de trabalhadores, se existente, ou outras organizações representativas dos trabalhadores.

5) Os dados pessoais tratados ao abrigo do sistema de geolocalização devem ser conservados pelo período de tempo recomendado para esse efeito pelas autoridades de controlo, designadamente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

6) No caso de o Adjudicatário recorrer a entidades terceiras para a instalação e gestão do sistema de geolocalização do Material Circulante, deve aquele assegurar que tais entidades apresentam garantias suficientes de execução, a todo o momento, de medidas técnicas e organizativas adequadas que assegurem o cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados e das recomendações emitidas a esse respeito pelas autoridades de controlo, designadamente a Comissão Nacional de Proteção de Dados, e a defesa dos direitos dos titulares dos dados pessoais.

Cláusula 46.^a | Dever de sigilo

1) Sem prejuízo do disposto no Regulamento de Proteção de Dados Pessoais, o Adjudicatário, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do Contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do Contrato, não podendo facultar a terceiros quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita do Município, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.

2) A obrigação de sigilo referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do Adjudicatário não diretamente envolvidos na prossecução dos objetivos do Contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do Contrato.

3) O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.

4) A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do Contrato.

5) Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja

comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

CAPÍTULO IV ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO, DIREÇÃO E MONITORIZAÇÃO

Cláusula 47.^a | Direção

- 1) O Município detem, nos termos previstos nos artigos 302.º a 304.º do Código dos Contratos Públicos e no Contrato, poderes de direção do modo de execução da exploração do Serviço Público no que respeita a matérias necessárias à execução do Contrato carentes de regulamentação ou insuficientemente reguladas, de forma a impedir que o Contrato seja executado de modo inconveniente ou inoportuno para o interesse público, sem prejuízo do disposto no número seguinte e, designadamente, da reserva de autonomia técnica ou de gestão do Adjudicatário que se encontra assegurada no Contrato ou, ainda, dos usos sociais.
- 2) O exercício dos poderes de direção deve salvaguardar a autonomia do Adjudicatário, limitando-se ao estritamente necessário à prossecução do interesse público, e processando-se de modo a não perturbar a execução do Contrato, com observância das regras legais ou contratuais aplicáveis e sem diminuir a iniciativa e a correlativa responsabilidade do Adjudicatário.
- 3) Para além das demais ações tipificadas no Contrato, a direção pelo Município consiste na emissão de ordens, diretivas ou instruções sobre o sentido das escolhas necessárias nos domínios da exploração do Serviço Público e execução das obrigações contratuais.
- 4) As ordens, diretivas ou instruções devem ser emitidas por escrito ou, quando as circunstâncias impuserem a forma oral, reduzidas a escrito e notificadas ao Adjudicatário no prazo de cinco dias, salvo justo impedimento.

Cláusula 48.^a | Dever geral de informação

- 1) Durante a vigência do Contrato, o Adjudicatário deve dar conhecimento, de forma fundamentada, ao Município da ocorrência de qualquer situação que possa interferir com, ou impedir, o cumprimento pontual de qualquer obrigação nele estabelecida.
- 2) O Adjudicatário obriga-se a cumprir com as obrigações de reporte e informação constantes do artigo 22.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte

de Passageiros, bem como a preencher e manter atualizados, na plataforma informática gerida pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., todos os dados relativos à exploração do Serviço Público e, ainda, a habilitar o Município com toda a informação e documentos que este lhe solicite para efeitos de reporte, conforme Anexo 3 (Reporte) ou resposta a solicitações junto de entidades reguladoras.

Cláusula 49.^a | Fiscalização e monitorização

1) A atividade do Adjudicatário está sujeita à fiscalização e monitorização pelo Município os quais podem promover a todo o tempo e sem aviso prévio as ações de fiscalização e auditorias que entenderem necessárias.

2) A atividade do Adjudicatário está também sujeita à fiscalização e auditoria das autoridades públicas com competências legais na matéria, designadamente da Inspeção Geral de Finanças, Instituto da Mobilidade e dos Transportes, Autoridade da Mobilidade e dos Transportes e Tribunal de Contas.

3) Para além da fiscalização promovida pelas autoridades públicas competentes prevista no número anterior, o Município fiscalizará no âmbito dos seus poderes de fiscalização, entre outros aspetos, a atividade do Adjudicatário com vista à verificação, designadamente:

- a) Da exploração do Serviço Público nos termos do Contrato, em condições de segurança, operacionalidade, pontualidade, eficiência e comodidade dos meios de exploração;
- b) Da venda dos Títulos de Transportes nos termos previstos no Contrato.
- c) Da adequação da capacidade de transporte aos níveis da procura, em condições de perfeita fiabilidade e pontualidade;
- d) Do livre acesso de todos os utilizadores ao Serviço Público, sem qualquer discriminação quanto às condições de acesso e realização, para além das impostas pelo Contrato e pela lei;
- e) Do cumprimento de todas as normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis à exploração do Serviço Público, bem como das imposições e diretrizes impostas pelas Autoridades de Transportes;
- f) Da correção das informações prestadas pelo Adjudicatário;

4) Para efeitos do disposto na presente Cláusula, o Adjudicatário facultará ao Município e a qualquer entidade com funções de fiscalização ou auditoria, desde que devidamente credenciada, acesso livre e incondicional a todos e quaisquer documentos relativos ao Contrato, designadamente à contabilidade e respetivos

documentos de suporte, ao arquivo e, ainda, a todos os documentos, livros, registos, estatísticas, relatórios, bases de dados, ficheiros, software, hardware, equipamentos e instalações e prestará todos os esclarecimentos e colaboração que lhe forem solicitados.

5) As determinações escritas do Município e das demais entidades públicas com competências de fiscalização que vierem a ser emitidas no âmbito dos seus poderes de direção e fiscalização relativos à execução dos serviços abrangidos pelo Contrato são de aplicação imediata e vinculam o Adjudicatário.

6) Sem prejuízo de outros deveres gerais decorrentes da legislação aplicável, a atividade de fiscalização levada a cabo pelo Município deve respeitar a dignidade, integridade e reserva de intimidade do Adjudicatário e dos fiscalizados, guardar sigilo comercial e causar o menor transtorno possível para o exercício das atividades que, concretamente, estejam em curso no momento da fiscalização.

7) O Adjudicatário obriga-se a colocar gratuitamente à disposição das entidades fiscalizadoras/auditoras instalações adequadas ao exercício das ações de fiscalização sempre que estas, em virtude da sua natureza, tenham de ser executadas obrigatoriamente em lugar específico.

8) O Adjudicatário obriga-se a permitir a utilização do Material Circulante pelo Município ou entidade por este designada sem título de transporte durante a sua atividade de fiscalização prevista na presente cláusula, desde que devidamente credenciados pelo Município para o efeito.

9) Os encargos com os ensaios, vistorias, exames ou quaisquer outras ações de controlo ou fiscalização são suportadas pelo Município, sendo, contudo, reembolsado pelo Adjudicatário caso se conclua pela existência de irregularidades ou incorreções.

Cláusula 50.^a | Informação de exploração, contabilística e financeira

1) O Adjudicatário obriga-se a fornecer ao Município, a qualquer entidade com funções de fiscalização ou auditoria no âmbito do Contrato ou a outras autoridades públicas com competências legais na matéria, que o requeiram, todas as informações que lhe sejam solicitadas relacionadas com o cumprimento das obrigações objeto do Contrato.

2) O Adjudicatário obriga-se ainda a:

- a) Comunicar prontamente ao Município a obtenção de outros subsídios ou recursos que financiem o Serviço Público;

- b) Fornecer aos Município, ou outra entidade legalmente designada para o efeito, todas as informações que lhe sejam solicitadas, relacionadas com o preenchimento ou a manutenção dos requisitos e com a realização da atividade;
- c) Respeitar os requisitos e condições de que dependem o pagamento do preço contratual;
- d) Dispor de um Sistema Informático de Gestão que inclua faturação e clientes, produtos e serviços, compras e fornecedores, contabilidade e tesouraria, contas correntes, SAFT-PT, impostos e gestão documental. O Adjudicatário deverá facultar o acesso, pelo Município ou por outras entidades com poderes de fiscalização e auditoria, ao Sistema Informático de Gestão, permitindo a realização das consultas e produção de relatórios que entender;
- e) Dispor de contabilidade e registos organizados e demais documentos e *software* devidamente auditados ou certificados nos termos exigidos pela legislação comercial e permitir a sua consulta pelo Município ou por qualquer outra entidade que indique para o efeito, com a finalidade de garantir o adequado exercício das faculdades de fiscalização e controlo previstas no Contrato e na lei;
- f) Justificar a remuneração paga pelo Município e, bem assim, o eventual incumprimento dos objetivos contratualmente fixados.

Cláusula 51.^a | Monitorização, reporte e avaliação de desempenho

1) O Adjudicatário deve manter um sistema de monitorização, reporte e avaliação do seu próprio desempenho, bem como do desempenho das entidades subcontratadas, que atuem sob sua conta ou sob sua orientação, que deve obedecer aos seguintes princípios:

- a) O sistema tem por objetivo a maximização do desempenho do Adjudicatário, assegurando a prevenção e a deteção de situações de incumprimento das obrigações Contratuais e promovendo a sua reparação dentro dos tempos considerados adequados, ou evitando a sua efetiva ocorrência;
- b) A monitorização e reporte deve incidir, no mínimo, sobre os indicadores estabelecidos no Anexo 9 (Reporte), tendo em vista o apuramento e registo de falhas de desempenho;

- c) A avaliação de desempenho realiza-se através da aplicação dos indicadores de desempenho e da qualidade do serviço constantes do Anexo 3 (Avaliação de Desempenho);
- d) Para o efeito da avaliação referida na alínea anterior, o desempenho do Adjudicatário é obtido designadamente com base nos dados reais sobre a execução do Contrato obtidos através dos Sistemas de Apoio à Exploração e de Bilhética, sem prejuízo da possibilidade de o Município exigir ao Adjudicatário a entrega de alguns documentos adicionais para o efeito do apuramento do respetivo desempenho.
- 2) O Adjudicatário obriga-se a remeter ao Município um relatório de reporte mensal e um relatório de reporte anual de acompanhamento do Contrato, com base na aplicação dos indicadores constantes do Anexo 3 (Avaliação de Desempenho e Penalidades) e nos termos descritos no Anexo 9 (Reporte).
- 3) Caso, em qualquer altura, se verifique que o sistema de monitorização e reporte é inadequado para assegurar uma fiscalização adequada e fidedigna do desempenho do Adjudicatário, bem como os objetivos estabelecidos no n.º 1 da presente Cláusula, o Adjudicatário deve, obrigatoriamente, rever os procedimentos inerentes ao sistema de monitorização e implementar novos procedimentos, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções contratuais previstas no Contrato.
- 4) O Adjudicatário obriga-se a cumprir com as obrigações de reporte e informação constantes do artigo 22.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, bem como a preencher e manter atualizados, na plataforma informática STePP, gerida pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, todos os dados relativos à exploração do Serviço Público e, ainda, a habilitar o Município com toda a informação e documentos que este lhe solicite para efeitos de reporte ou resposta a solicitações junto de entidades reguladoras.
- 5) O estabelecido nos números anteriores não prejudica o direito do Município, ou de outras entidades com competência para o efeito, de inspecionar ou auditar, a todo o tempo, as atividades desenvolvidas pelo Adjudicatário, incluindo quer a verificação do cumprimento de quaisquer indicadores de desempenho, quer o cumprimento das obrigações de monitorização resultantes da presente Cláusula.
- 6) Sem prejuízo do disposto na legislação aplicável, o Adjudicatário obriga-se a manter em arquivo físico ou digital, de forma devidamente organizada, catalogada e pesquisável, toda a documentação relativa às atividades desenvolvidas no âmbito do Contrato, ao longo de todo o período contratual e, após o termo do Contrato, durante um período mínimo de 5 (cinco) anos.

Cláusula 52.^a | Auditoria externa anual

- 1) O Adjudicatário deverá contratar a realização de uma auditoria externa anual nos termos previstos no Anexo 10 (Auditoria externa anual).
- 2) A auditoria externa anual deverá ser realizada por uma entidade independente e com reconhecida idoneidade, a contratar pelo Adjudicatário, sujeita a aprovação pelo Município.
- 3) Poderão ser agendadas reuniões entre o Município, o Adjudicatário e a entidade responsável pela realização da auditoria externa anual, para apresentação e discussão das conclusões obtidas.
- 4) Sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções contratuais, caso se verifiquem inconsistências entre as observações da auditoria externa anual ou entre os relatos constantes de reclamações dos passageiros e os registos e relatórios do Adjudicatário e/ou falta de fidedignidade destes, o Município poderá determinar a realização de ações adicionais, a contratar pelo Adjudicatário, designadamente:
 - a) Um aumento do número e/ou um direcionamento da incidência das ações e observações previstas no Anexo 10 (Auditoria externa anual);
 - b) A realização de uma auditoria externa aprofundada ao Sistema de Bilhética, Sistema de Apoio à Exploração ou Sistema Informático de Gestão, designadamente quanto às bases de dados, *software*, código fonte, equipamentos, processos, possibilidade de alteração manual de registos e procedimentos, a levar a cabo nos termos do n.º 2.
- 5) A auditoria externa anual aplicar-se-á ao ano de início do Período de Exploração e seguintes.
- 6) A realização da auditoria externa anual não prejudica a possibilidade de o Município realizarem ações de fiscalização ou auditorias da sua iniciativa.

CAPÍTULO V REGIME FINANCEIRO DO SERVIÇO PÚBLICO

Cláusula 53.^a | Regime do risco

- 1) O Adjudicatário assume, expressa, integral e exclusivamente, a responsabilidade pelos riscos de oferta do Serviço Público, de investimento e de tráfego, exceto quando o contrário resulte expressamente do Contrato.
- 2) O Município assume o risco de procura, assumindo-se como tal o risco da

variação do número de Clientes.

3) Para o efeito do n.º 1, entende-se por risco de oferta o risco da variação de todos os custos necessários à execução das atividades concedidas, designadamente dos preços de combustíveis e dos custos de mão-de-obra, bem como dos custos associados à obtenção, à manutenção e à atualização de todas as licenças, títulos ou outros direitos necessários para o exercício das atividades de Operação e Manutenção nos termos definidos no Caderno de Encargos.

4) Para o efeito do n.º 1, entende-se por risco de investimento o risco das depreciações ou amortizações dos bens ou direitos da titularidade do Adjudicatário afetos ao Serviço Público nos termos previstos no Caderno de Encargos, bem como dos financiamentos dos investimentos.

5) Para o efeito do n.º 1, entende-se por risco de tráfego o risco associado ao carácter regular ou eventual da variação do nível do tráfego rodoviário.

6) O risco de alterações legislativas e regulamentares de carácter geral, incluindo de natureza fiscal, laboral e ambiental, corre por conta do Adjudicatário.

Cláusula 54.ª | Preço contratual e preço base

1) Como contrapartida pela execução integral do Contrato, a partir do início do Período de Exploração, o Adjudicatário tem direito a receber do Município uma remuneração, correspondente ao somatório das seguintes partes:

- a) O produto do preço unitário por veículo.quilómetro comercial constante do ponto 1) da Proposta de Exploração do Serviço Público pela produção de veículos.quilómetro comerciais efetivamente realizada em linhas concelhias;
- b) O produto do preço unitário por veículo.quilómetro comercial constante do ponto 1) da Proposta de Exploração do Serviço Público pela produção de veículos.quilómetro comerciais efetivamente realizada em circuitos urbanos;
- c) O produto do preço unitário por hora constante do ponto 1) da Proposta de Exploração do Serviço Público pelo número de horas de produção efetivamente realizadas no Funicular.

2) Os preços unitários indicados na Proposta de Exploração do Serviço Público a que se refere o número anterior não pode exceder o preço máximo unitário de:

- a) € 2,3642/veíc.km comercial (dois euros e três mil, seiscentos e quarenta e dois centésimos de cêntimo por cada veículo quilómetro comercial) para as linhas concelhias;
- b) €1,57/veíc.km comercial (um euro e cinquenta e sete cêntimos por cada veículo quilómetro comercial) para os circuitos urbanos;
- c) €104,50/hora (cento e quatro euros e cinquenta cêntimos por cada hora) para o Funicular;

3) Para efeitos do disposto no n.º 1, apenas serão contabilizados os veículos.km comerciais das linhas concelhias e dos circuitos urbanos e as horas de Funicular efetivamente produzidos e reportados pelo Sistema de Apoio à Exploração, não podendo os mesmos exceder, em cada Circulação, os previstos no Plano de Rede e Oferta que se encontre em vigor, exceto nos casos devidamente justificados de situações de emergência ou de alteração à circulação rodoviária.

4) Caso, por força do disposto nas Cláusulas 13.^a e 16.^a, o Adjudicatário realize uma produção diferente do valor de produção de referência definida no Anexo 1 (Rede), a remuneração prevista no n.º 1 é objeto de ajustamento num dos termos seguintes:

- a) Caso, em cada uma das componentes de linhas concelhias, circuitos urbanos ou Funicular, a respetiva produção anual realizada pelo Adjudicatário no âmbito da Prestação de Serviços seja superior ao valor de produção de referência em até 1% (um por cento), não há lugar a qualquer ajustamento da remuneração; ou
- b) Caso, em cada uma das componentes de linhas concelhias, circuitos urbanos ou Funicular, a produção realizada pelo Adjudicatário no âmbito da Prestação de Serviços no ano seja superior ao valor de produção de referência em até 10 % (dez por cento), o Adjudicatário tem direito a receber do Município um valor correspondente à multiplicação do respetivo preço unitário constante do ponto 1) da Proposta de Exploração do Serviço Público pela produção efetivamente realizada.

5) Para efeitos do disposto no número anterior, não são tidos em conta:

- a) Os veículos.kilómetro ou as horas realizados pelo Adjudicatário fora do exercício da Prestação de Serviços;
- b) Os veículos.kilómetro em vazio realizados na Prestação de Serviços pelo Adjudicatário;
- c) Os veículos.kilómetro ou horas dos serviços que o Adjudicatário prestou ou deixou de prestar de acordo com as decisões de ajustamento

pontual adotadas pelos Municípios nos termos da Cláusula 15.^a com invocação expressa do artigo 31.º do RJSPTP.

6) A remuneração atribuída ao Adjudicatário ao abrigo da presente cláusula constitui a única contrapartida pecuniária que lhe é devida pelo Município pelo cumprimento do Contrato e das obrigações nele previstas, sem prejuízo das penalizações que possam aplicar-se por avaliação de desempenho nos termos da Cláusula 19.^a.

7) A remuneração inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de direitos de propriedade industrial ou intelectual, ou de quaisquer licenças.

8) Para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base do procedimento para os dois anos é de € 9 054 147,718 (nove milhões, cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e sete euros e setecentos e dezoito milésimos de cêntimo), sendo o valor anual de € 4 527 073,859 (quatro milhões, quinhentos e vinte e sete mil e setenta e três euros e oitocentos e cinquenta e nove milésimos de cêntimos), correspondente ao somatório das várias parcelas de multiplicação dos valores máximos unitários referidos no n.º 2 pelas respetivas máximas produções a realizar de acordo com o Anexo 1 (Rede), acrescidas do ajustamento previsto nos n.ºs 4 e 5.

9) Aos valores indicados na presente Cláusula acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 55.^a | Faturação e pagamento

1) Até ao oitavo dia de cada mês, o Adjudicatário deve enviar ao Município um relatório mensal, elaborado nos termos do Anexo 9 (Reporte), que inclui a seguinte informação:

- a) As produções quilométricas e horária mensais realizadas pelo Adjudicatário no âmbito da Prestação de Serviços no mês anterior;
- b) A identificação de qualquer desvio da produção quilométrica comercial ou horária mensal, face à produção prevista no Plano de Rede e Oferta relativa ao mês anterior;
- c) O valor provisório do acerto mensal para ajustamento à produção mensal efetivamente realizada, caso haja lugar à sua aplicação, referente

ao mês anterior, calculado nos termos do n.º 4 da Cláusula 54.^a, com os devidos ajustamentos para uma base de apuramento mensal;

- d) Número de validações realizadas em cada linha e paragem no âmbito da Prestação de Serviços, no mês anterior;
- e) Número de Títulos e suportes de Títulos comercializados, relativamente a Títulos monomodais válidos no Serviço Público, bem como as respetivas receitas, referentes ao mês anterior;
- f) Número de Títulos e suportes de Títulos comercializados, relativamente a Títulos intermodais, válidos no Serviço Público e noutras redes de transporte, bem como as respetivas receitas, na parte que cabe ao Serviço Público, referentes ao mês anterior. Caso a informação relativa a estes títulos não esteja disponível nesta data, a base de reporte deverá ser o penúltimo mês;
- g) A informação sobre penalizações por desempenho a aplicar ao Adjudicatário, nos termos da Cláusula 19.^a, relativa ao mês anterior.

2) Com base nas informações constantes do número anterior, o relatório mensal a remeter pelo Adjudicatário deverá conter um apuramento do valor mensal provisório a faturar pelo Adjudicatário ao Município, referente ao mês anterior, dado pela fórmula seguinte:

$$Faturação_n = (VKC_n^{lc} \times PU_{VK}^{lc}) + (VKC_n^{cu} \times PU_{VK}^{cu}) + (VH_n^F \times PU_{VH}^F) - Penalizações_n$$

Em que:

- *Faturação_n* corresponde ao valor a faturar relativamente aos Serviços Prestados no mês anterior "n";
- *VKC_n^{lc}* corresponde ao número total de veículos.quilómetro comerciais em linhas concelhias efetivamente realizados no mês anterior "n". O número de veículos.quilómetro comercial efetivamente realizados em cada Circulação, utilizado para efeitos de cálculo, deverá ser arredondado à centena de metros, não podendo ser superior ao valor previsto no Plano de Rede e Oferta em vigor para essa Circulação;
- *PU_{VK}^{lc}* corresponde ao preço unitário por veículo quilómetro comercial as linhas concelhias que se encontre em vigor, apurado nos termos da Cláusula 54.^a;
- *VKC_n^{lc}* corresponde ao número total de veículos.quilómetro comerciais em circuitos urbanos efetivamente realizados no mês anterior "n". O número de veículos.quilómetro comercial efetivamente realizados em

cada Circulação, utilizado para efeitos de cálculo, deverá ser arredondado à centena de metros, não podendo ser superior ao valor previsto no Plano de Rede e Oferta em vigor para essa Circulação;

- PU_{VK}^{cu} corresponde ao preço unitário por veículo quilómetro comercial dos circuitos urbanos que se encontre em vigor, apurado nos termos da Cláusula 54.^a;
- VH_n^{lc} corresponde ao número total de horas de funcionamento do Funicular em efetivamente realizadas no mês anterior "n". O número de horas efetivamente realizadas, utilizado para efeitos de cálculo, deverá ser arredondado ao minuto, não podendo ser superior ao valor previsto no Plano de Rede e Oferta em vigor para essa Circulação;
- PU_{VH}^F corresponde ao preço unitário por hora de Funicular que se encontre em vigor, apurado nos termos da Cláusula 54.^a;
- $Penalizações_n$ corresponde ao valor global de penalizações, calculado nos termos da Cláusula 19.^a, relativamente ao mês "n" anterior.

3) O relatório mensal a remeter pelo Adjudicatário nos termos do n.º 1 deverá ainda conter um apuramento das receitas tarifárias provisórias a entregar ao Município, relativamente ao mês anterior.

4) Em conjunto com o relatório indicado no n.º 1, o Adjudicatário deverá emitir a correspondente fatura relativa ao mês anterior, apurada nos termos do n.º 2 da presente Cláusula, a qual tem obrigatoriamente de expurgar os montantes efetivamente cobrados pelo Adjudicatário aos utentes do serviço de transporte naquele mês. A referida fatura será paga pelo Município até ao último dia do mês seguinte.

5) Caso sejam identificadas incorreções ou divergências quanto aos valores apurados no relatório produzido pelo Adjudicatário, o Município procede à sua comunicação ao Adjudicatário, devendo ser emitida a respetiva nota de crédito ou nota de débito para correção da fatura, a qual será paga após a receção dos referidos documentos.

6) Com o relatório relativo ao último mês de cada ano contratual, procede-se ao apuramento dos valores anuais definitivos, bem como ao acerto anual que houver lugar dos valores provisórios mensais apurados nos relatórios mensais desse ano contratual.

7) Os valores a que se refere a presente Cláusula podem ser corrigidos em consequência de ações de fiscalização, monitorização e auditoria desenvolvidos pelo Município ou em resultado de reclamação apresentada pelo Adjudicatário, sendo os ajustes a que houver lugar objeto de acerto no pagamento seguinte,

mediante a emissão dos documentos nos termos legais.

8) Em toda a correspondência e faturação relativa ao Contrato, deverá o Adjudicatário indicar os números sequenciais de compromisso e números de requisição externa indicados no Contrato, sob pena de não serem pagos os respectivos valores, ao abrigo do artigo 9.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

Cláusula 56.ª | Compensação de créditos

O Município pode compensar pagamentos por ele devidos ao Adjudicatário com eventuais créditos sobre este, designadamente relativos a:

Apagada a alínea a)

- a) Qualquer quantia que tenha sido paga pelo Município, mas cujo pagamento fosse, nos termos da lei ou do Contrato, da responsabilidade do Adjudicatário; ou
- b) Qualquer quantia relativa a qualquer violação ou incumprimento do Contrato, designadamente por aplicação de sanções contratuais ou penalizações por avaliação de desempenho.

Cláusula 57.ª | Partilha de benefícios

1) O Município tem direito a uma partilha de 50% (cinquenta por cento) dos benefícios da exploração do serviço público nos casos previstos no artigo 30.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.

2) As Partes devem encetar negociações, após a notificação, por qualquer das Partes, da ocorrência de evento gerador de direito à partilha de benefícios, com vista à definição do montante do benefício e à definição da modalidade e demais termos da atribuição ao Município da parte do benefício que lhe couber.

3) O processo negocial segue os termos definidos no n.º 9 da Cláusula seguinte, com as necessárias adaptações.

4) Excluem-se do âmbito de aplicação da presente Cláusula os benefícios obtidos pelo Adjudicatário no exercício das atividades autorizadas nos termos Cláusula 30.ª.

Cláusula 58.ª | Reposição do equilíbrio financeiro

1) Salvo os casos legalmente impostos e os previstos expressamente noutras

cláusulas do Contrato, o Adjudicatário apenas tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato, nos termos do preceituado nesta Cláusula, nos seguintes casos:

- a) Em caso de modificação unilateral, imposta pelo Município, das condições de desenvolvimento das atividades e serviços integrados no objeto do Contrato.
- b) Em caso de aprovação de regulamentos municipais, de caráter específico sobre o Serviço Público, que tenham impacto direto sobre as receitas ou custos respeitantes às atividades e serviços integrados no objeto do Contrato.

2) As alterações à lei geral, designadamente e não exclusivamente à lei fiscal, à lei laboral e à lei ambiental, alterações de trânsito e vias rodoviárias e alterações de paragens e terminal rodoviários ficam excluídas do disposto no número anterior.

3) A alteração, criação ou supressão de determinado serviço público de transporte de passageiros explorado por terceiros, não abrangido pelo âmbito do Contrato, bem como a alteração do tarifário a praticar não conferem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato.

4) Só há lugar à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato se, em resultado direto e acumulado de um ou vários eventos referidos no n.º 1 da presente Cláusula, resultar, comprovadamente:

- a) Um aumento de gastos provenientes do exercício das atividades objeto da Prestação de Serviços que altere os pressupostos com base nos quais o Adjudicatário se baseou para determinar o valor da sua remuneração e que não se enquadrem nas tipologias de riscos por este assumidos;
- b) Um impacto desse aumento de gastos, em termos de VAL (Valor Atual Líquido), apurado por referência à data de ocorrência do evento ou do último dos eventos que lhe deram origem, considerando uma taxa de atualização real de 6,08%, superior a 50.000€ (cinquenta mil euros).

5) A determinação das consequências do exercício do direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro é feita por acordo resultante de negociação entre as Partes nos termos dos números seguintes.

6) A reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato é efetuada através de qualquer das modalidades previstas na legislação aplicável.

7) A reposição do equilíbrio financeiro efetuada nos termos da presente Cláusula é única, completa e final para todo o período de vigência do Contrato, sem

prejuízo de tal reposição ser parcialmente diferida em relação a quaisquer efeitos específicos do(s) evento(s) em causa que, pela sua natureza, não sejam suscetíveis de uma razoável avaliação imediata ou sobre cuja existência, incidência ou quantificação, as Partes não hajam ainda chegado a acordo.

8) Para o exercício do direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato, cabe ao Adjudicatário demonstrar o preenchimento de todas as condições constitutivas do seu direito.

9) O procedimento, os meios, os efeitos e os termos de reposição do equilíbrio financeiro devem observar o disposto no artigo 282.º do Código dos Contratos Públicos, devendo decorrer de acordo com as seguintes fases:

- a) Notificação, pelo Adjudicatário, da ocorrência de qualquer evento que, individual ou cumulativamente, na sua opinião, confere direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, nos 30 (trinta) dias seguintes à data da sua ocorrência, acompanhada de:
 - i) Descrição detalhada desse facto ou factos.
 - ii) Indicação da regra ou regras contratuais e/ou legais na qual o pedido se funda.
 - iii) Quantificação detalhada, fundamentada e comprovada do aumento dos gastos, decorrente diretamente do evento ou eventos elegíveis.
 - iv) Indicação dos 3 (três) membros por si indicados para a comissão de negociação.
- b) Recebido o pedido do Adjudicatário referido na alínea anterior, o Município, no prazo de 10 (dez) dias úteis, indicam ao Adjudicatário os 3 (três) membros por si indicados para a comissão de negociação.
- c) A comissão de negociação deve desenvolver um processo negocial, no sentido de analisar a existência de direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro, definir o respetivo valor, se for o caso, e de estabilizar uma proposta de acordo de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato a submeter a cada uma das Partes para aceitação.
- d) As negociações devem terminar no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da notificação a que se refere a alínea a), prorrogáveis por acordo entre as Partes.

10) Decorrido o prazo referido na alínea d) do número anterior, sem que o Município e Adjudicatário tenham chegado a acordo sobre o direito, o valor e/ou os termos da reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, o Adjudicatário

pode recorrer aos mecanismos de resolução de litígios previstos no Contrato.

11) O direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro previsto no Contrato caduca no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar do evento que o constitua, sem que o Adjudicatário apresente o respetivo pedido de reposição.

CAPÍTULO VI MODIFICAÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS

Cláusula 59.^a | Modificação do Contrato

1) Para além das modificações contratuamente previstas, durante a execução do Contrato, os Municípios podem, nos termos da lei, determinar alterações ao Contrato, ficando o Adjudicatário obrigado a executar a Prestação de Serviços nos termos resultantes dessa modificação.

2) Sem prejuízo da aplicação do disposto no número seguinte, a modificação objetiva do Contrato nos termos da presente cláusula confere ao Adjudicatário direito à reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato, nos termos da lei e da Cláusula 58.^a.

3) Tratando-se de serviços complementares previstos no artigo 454.º do Código dos Contratos Públicos, isto é, aqueles não abrangidos nas Cláusulas 15.^a e 16.^a, bem como pelo n.º 8 da Cláusula 12.^a, os veículos.quilómetro comerciais a mais realizados pelo Adjudicatário são remunerados pelo preço unitário a que se refere o n.º 1 da Cláusula 54.^a, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4) Caso o Adjudicatário demonstre que a realização de veículos.quilómetro comerciais a mais implica um aumento do custo por veículos.quilómetro comerciais que o Adjudicatário suportaria não fora a realização dos serviços complementares, os veículos.quilómetro comerciais a mais são remunerados pelo preço referido no número anterior majorado em função da medida, expressa em valor percentual, do aumento do custo por veículos.quilómetro comerciais demonstrado pelo Adjudicatário.

5) Em caso de modificação objetiva do Contrato nos termos da presente cláusula, o Adjudicatário obriga-se, sempre que aplicável, a adaptar o Plano de Rede e Oferta, aplicando-se com as necessárias adaptações o disposto na Cláusula 12.^a.

Cláusula 60.^a | Subcontratação

1) O Adjudicatário pode subcontratar, nos termos legais, a exploração de até

30% (trinta por cento) do número anual global de veículos.kilômetro comerciais de Serviço Público, nomeadamente através da celebração de acordos de exploração conjunta.

2) Caso o Adjudicatário, tendo em conta o disposto no n.º 7 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, pretenda subcontratar mais de 30% (trinta por cento) do número anual global de veículos.kilômetro comerciais de Serviço Público, deve solicitar a respetiva autorização, de forma fundamentada, ao Município.

3) Em caso de subcontratação da exploração de parte do Serviço Público, o Município reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer uma das entidades subcontratadas, nomeadamente em caso de comprovada incompetência ou negligência no exercício das suas funções, comportamentos graves, ou ainda caso estas estejam legalmente impedidas de contratar com entidades públicas.

4) O Adjudicatário obriga-se a incluir nos contratos de subcontratação que celebre todas as condições e obrigações aplicáveis à exploração do Serviço Público, nos termos do Contrato, bem como a inoponibilidade ao Município de quaisquer pretensões, exceções ou meios de defesa que resultem das relações contratuais estabelecidas entre o Adjudicatário e as entidades subcontratadas.

5) O Adjudicatário, nos subcontratos a celebrar com terceiros, deve assegurar que:

- a) As entidades subcontratadas ficam vinculadas, no que respeita às atividades subcontratadas, na mesma medida em que o Adjudicatário está ao abrigo do Contrato, incluindo, a sujeição aos mesmos Indicadores de avaliação do desempenho;
- b) São previstos mecanismos que permitam ao Adjudicatário refletir nesses subcontratos as vicissitudes modificativas e extintivas do Contrato;
- c) Todos os profissionais que prestem serviços ao abrigo dos subcontratos possuem as qualificações, experiência e as competências adequadas à atividade que se propõem desenvolver, respeitando nomeadamente o disposto na Cláusula 36.ª;
- d) A entidade subcontratada está devidamente habilitada para o exercício das atividades subcontratadas e não está em qualquer situação de impedimentos prevista no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- e) A entidade subcontratada respeita as obrigações aplicáveis em matéria ambiental, de segurança, social e laboral estabelecidas pelo direito comunitário, pelo direito nacional, por convenções coletivas ou pelas disposições de direito internacional aplicáveis;
- f) O Adjudicatário tem o direito de resolver o subcontrato no caso de o

Município ordenar a substituição de qualquer pessoa ou entidade subcontratada nos termos do n.º 5 da presente Cláusula;

- g) O Município, ou qualquer outra entidade por este designada, tem a faculdade de, em caso de cessação, por qualquer causa, do Contrato, suceder na posição jurídica do Adjudicatário; e
- h) A entidade subcontratada obriga-se a facultar ao Município, ou a qualquer pessoa por este nomeada e devidamente credenciada, livre acesso a registos, estatísticas e documentos relativos às instalações e atividades objeto do subcontrato, em termos equivalentes aos aplicáveis ao Adjudicatário.

6) A subcontratação da Prestação de Serviços só poderá ser realizada a empresas licenciadas para a atividade de transporte rodoviário ou de Funicular de passageiros, respetivamente.

Cláusula 61.ª | Acordos de exploração conjunta

- 1) O Adjudicatário pode propor ao Município a exploração conjunta de parte do Serviço Público por si explorado com Operadores de Serviço Público que se encontrem a explorar este serviço em zonas geográficas, percursos e/ou horários total ou parcialmente sobrepostos ou adjacentes.
- 2) O Adjudicatário pode propor ao Município a exploração conjunta com outros Operadores de Serviço Público da totalidade ou de parte da rede de vendas, do apoio e informação ao público ou de outras obrigações decorrentes do Contrato.
- 3) O Município poderá condicionar a autorização dos pedidos a que se referem os números anteriores à adoção de percursos, horários ou tarifários específicos que sirvam o interesse público e promovam a mobilidade dos passageiros.

Cláusula 62.ª | Cessão de posição contratual

A cessão da posição contratual pelo Adjudicatário depende de prévia autorização escrita do Município, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO VII INCUMPRIMENTO E FORÇA MAIOR

Cláusula 63.ª | Princípio geral de responsabilidade

- 1) O Adjudicatário, ainda que em caso de subcontratação, é o único e direto responsável pelo pontual e perfeito cumprimento das obrigações relacionadas com

a Prestação de Serviços decorrentes de normas legais, regulamentos ou disposições administrativas que, em cada momento, lhe sejam aplicáveis, não podendo opor ao Município qualquer contrato ou relação com terceiros para exclusão ou limitação dessa responsabilidade.

2) O Adjudicatário responde, nos termos da lei geral, por quaisquer prejuízos causados na execução da Prestação de Serviços, pela culpa ou pelo risco, não sendo assumido pelo Município qualquer tipo de responsabilidade neste âmbito.

3) O Adjudicatário responde, ainda, nos termos gerais da relação comitente-comissário, pelos prejuízos causados por atos ou omissões das pessoas e entidades a que tenha recorrido, seja a que título for, para o cumprimento do Contrato.

4) O Adjudicatário é ainda responsável pelo cumprimento de todas as obrigações acessórias do Contrato, designadamente os deveres de cuidado, de informação, de sigilo e, em geral, todos os que sejam instrumentais à execução das obrigações principais ainda que executadas por subcontratados.

5) A responsabilidade do Adjudicatário implica serem da sua conta quaisquer despesas incorridas por ou exigidas ao Município por inobservância de disposições legais ou contratuais cujo cumprimento incumba ao Adjudicatário.

Cláusula 63.^a-A | Responsabilidade subsidiária do(s) sócio(s) ou acionista(s)

1) O(s) sócio(s) ou acionista(s) do Adjudicatário respondem subsidiariamente pelo incumprimento do Contrato pelo Adjudicatário, nos termos do compromisso a prestar nos termos da presente cláusula e apresentado nos termos do Programa do Procedimento, o qual constará como anexo ao Contrato.

2) O Adjudicatário deve garantir que a responsabilidade subsidiária referida na presente cláusula seja assumida plenamente pelo(s) novo(s) sócio(s) ou acionista(s) de acordo com os termos da presente cláusula no momento da transmissão das participações sociais.

Cláusula 64.^a | Mora, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo

1) Sem prejuízo da possibilidade de resolução sancionatória do Contrato nos termos do artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, o Município pode, com observância das regras previstas nos artigos 325.º e 329.º do Código dos Contratos Públicos e no artigo 45.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, aplicar sanções contratuais pecuniárias em caso de incumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações, incluindo as resultantes

de determinações do Município emitidas nos termos da lei ou do Contrato.

2) Na aplicação de sanções pecuniárias e ou não pecuniárias ao Adjudicatário, o Município atua, nos termos da lei, segundo um princípio de proporcionalidade e baseia-se em critérios de razoabilidade que ponderem, na escolha da sanção a aplicar, a gravidade e/ou reiteração do comportamento a sancionar.

3) Considera-se violação leve de disposições do Contrato as seguintes situações:

- a) Não manter em perfeitas condições de higiene e limpeza qualquer dos equipamentos móveis afetos ao serviço;
- b) A ausência ou incorreção na higiene ou decoro dos funcionários do Adjudicatário que tenham contacto direto com os utentes;
- c) A falta de consideração, respeito ou amabilidade, para com o público por parte dos citados funcionários;
- d) O atraso atribuído ao Adjudicatário no fornecimento de dados de estudo solicitados pelo Município;
- e) Não respeitar os procedimentos de higiene e segurança no trabalho;
- f) Incumprir qualquer prazo previsto no presente Caderno de Encargos;
- g) Não entregar os elementos de monitorização e reporte e planos obrigatórios previstos no Caderno de Encargos nos prazos indicados;
- h) Não respeitar as regras do uso da Material Circulante para o exercício de atividades publicitárias previstas na Cláusula 34.ª;
- i) A verificação de que num veículo em serviço, algum Passageiro carece de bilhete ou título de transporte válido, sendo cada ocorrência considerada como uma infração sancionável autonomamente.

4) Considera-se violação grave de disposições do Contrato qualquer uma das seguintes situações:

- a) Cometer três ou mais violações leves que sejam da mesma natureza;
- b) A falta de observação do disposto quanto a livro de reclamações;
- c) Qualquer obstrução do Adjudicatário ao trabalho de inspeção do Município, sendo cada ocorrência considerada como uma infração sancionável autonomamente;
- d) Não apresentação de relatório mensal ou do relatório anual, sendo cada ocorrência considerada como uma infração sancionável autonomamente;
- e) A diminuição do serviço estabelecido para cada Linha, por causa imputável ao Adjudicatário, quer em termos de frequência, quer em termos de percurso, sendo cada ocorrência considerada como uma infração sancionável autonomamente;
- f) Desvios ao itinerário estabelecido em cada Linha, sem causa justificada, sendo cada ocorrência considerada como uma infração sancionável autonomamente;

- g) Supressão de uma circulação, no todo ou em parte, sendo cada ocorrência considerada como uma infração sancionável autonomamente;
 - h) Não realização da fiscalização mensal correspondente a 0,5% dos passageiros transportados mensalmente, por Linha, sendo cada ocorrência considerada como uma infração sancionável autonomamente;
 - i) O incumprimento, total ou parcial, pelo Adjudicatário, das proibições estipuladas no Código dos Contratos Públicos, assim como a omissão de ações que sejam obrigatórias nos termos desse Código;
 - j) O atraso, por parte do Adjudicatário, no cumprimento dos prazos expressamente estabelecidos no Contrato ou impostos por qualquer disposição legal ou regulamentar, ou decisão administrativa, quando tal atraso se prolongue por mais de metade do prazo estabelecido para o cumprimento;
 - k) Não cumprimento das obrigações previstas nas Cláusulas 11.^a e 12.^a relativamente à elaboração, aprovação e execução do Plano de Rede de Oferta;
 - l) Não cumprimento das obrigações previstas nas Cláusulas 13.^a a 16.^a relativamente à variação de produção quilométrica;
 - m) Não cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 32.^a relativamente à Manutenção;
 - n) Não cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 60.^a relativamente à subcontratação;
 - o) Indisponibilidade de suportes de Títulos de transporte para emissão ou comercialização de Títulos;
 - p) Indisponibilidade total ou parcial da rede de Vendas;
 - q) Todas as demais situações de incumprimento não tipificado na presente Cláusula e que sejam resultantes de um comportamento doloso ou negligente por parte do Adjudicatário, seu funcionário ou agente.
 - r) Quaisquer outros incumprimentos do contrato ou da legislação que regule a exploração do Serviço Público que seja considerada pelos Municípios como uma violação grave.
- 5) Considera-se violação muito grave de disposições do Contrato aquelas cujo resultado seja suscetível de impedir a continuidade, universalidade, disponibilidade ou qualidade do Serviço Público, designadamente qualquer das seguintes situações:
- a) Cometer três ou mais violações graves que sejam da mesma natureza;
 - b) Violação ou reiterada das normas ou regulamentos legais aplicáveis à segurança de pessoas e bens na exploração do Serviço Público.
 - c) Prática de tarifários diferentes dos definidos pelo Município ou pelas autoridades competentes, sendo cada venda de título de transporte com

tarifário diferente considerada como uma infração sancionável autonomamente.

- d) Emissão de títulos de transporte diferentes dos aprovados pelo Município ou pelas autoridades competentes na Prestação de Serviços, sendo cada prática irregular considerada como uma infração sancionável autonomamente.
- e) Não entrega, ou entrega com atraso, total ou parcial, das receitas da venda dos títulos autorizados ao Município;
- f) Prestação de informações falsas ou incorretas, relativas à comercialização de Títulos e respetivos suportes ou às atividades de fiscalização comercial;
- g) Não cumprimento das obrigações de disponibilização de títulos intermodais ou de integração do sistema de bilhética com os títulos intermodais de autoridades de transporte adjacentes;
- h) Utilização, no serviço, de um veículo que não cumpra as licenças necessárias ou as características técnicas definidas e contratualizadas;
- i) Falta reiterada de capacidade de transporte de todos os passageiros na totalidade ou em parte do Serviço Público;
- j) Não admissão na Material Circulante de qualquer Passageiro que reúna as condições para tal, sendo cada não admissão ilegítima, por Passageiro, considerada como uma infração sancionável autonomamente;
- k) Utilização de veículo da Material Circulante que não cumpra o disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, considerando-se cada dia de utilização, por veículo, como uma infração sancionável autonomamente;
- l) Não cumprimento das obrigações previstas na Cláusula 6.^a;
- m) Não cumprimento das obrigações previstas no n.º 2 da Cláusula 36.^a;
- n) Não disponibilização à Prestação de Serviços de todos os bens necessários e adequados nos termos da Cláusula 28.^a.
- o) Atraso no cumprimento da data de início do Período de Exploração.
- p) Desvio do objeto do contrato pelo Adjudicatário.
- q) Interrupção ou abandono da totalidade ou parte da exploração do Serviço Público, por facto imputável ao Adjudicatário.
- r) Oposição reiterada pelo Adjudicatário ao exercício da fiscalização e monitorização por parte dos Municípios ou de outras entidades públicas com funções de fiscalização e monitorização ou repetida desobediência às instruções deste ou, ainda, sistemática inobservância das disposições contratuais, legais ou regulamentares aplicáveis.
- s) Falta de comunicação pelo Adjudicatário das alterações e anomalias, que ponham em causa o regular e bom funcionamento do serviço;

- t) Verificação de decréscimo reiterado dos níveis de procura no Serviço Público por causa (ato ou omissão) imputável ao Adjudicatário e que não decorra de situações motivadas por fatores externos à exploração do Serviço Público.
 - u) Incumprimento reiterado das obrigações de prestação de informação, prestação reiterada de informações não fidedignas ou prestação de informações falsas por parte do Adjudicatário ao Município.
 - v) Adulteração da documentação ou informação que o Adjudicatário deva proporcionar.
 - w) Incumprimento de decisões arbitrais ou judiciais relacionadas com a Prestação de Serviços.
 - x) Incumprimento, pelo Adjudicatário, de decisões ou sentenças proferidas por entidades competentes para tal.
 - y) Exercício, pelo Adjudicatário, de prática fraudulenta que lese o interesse público.
 - z) Condenação do Adjudicatário por qualquer delito que afete de forma grave a sua honorabilidade profissional e a impeça de desenvolver qualquer uma das atividades objeto do Contrato.
 - aa) Incumprimento dos aspetos do Contrato submetidos à concorrência.
 - bb) Qualquer outro incumprimento do Contrato que perturbe gravemente o normal funcionamento do Serviço Público.
 - cc) Quaisquer outros incumprimentos do contrato ou da legislação que regule a exploração do Serviço Público que seja considerada pelo Município como uma violação muito grave.
- 6) Sem prejuízo da possibilidade de aplicação de sanções pecuniárias ou não pecuniárias, caso o Adjudicatário incumpra, cumpra defeituosamente ou deixe de cumprir pontualmente qualquer das suas obrigações contratuais, o Município, se considerar que o incumprimento em causa é suscetível de sanção, fixarão um prazo adicional para que o Adjudicatário cumpra a obrigação em causa.
- 7) Se, dentro do prazo adicional previsto no número anterior, o Adjudicatário não der satisfação ao exigido, o Município poderá adotar as medidas necessárias à realização da prestação não cumprida, correndo todos os custos inerentes por conta do Adjudicatário, podendo o Município recorrer à caução prestada aquando da outorga do Contrato.
- 8) A aplicação de sanções pecuniárias e/ou não pecuniárias previstas no Contrato não prejudica a possibilidade de serem aplicadas outras sanções, designadamente a resolução do Contrato, nem isenta o Adjudicatário da responsabilidade criminal, contraordenacional e civil a que eventualmente haja lugar, ou exclui a fiscalização, controlo e poder sancionatório que decorram da lei ou de regulamento.

9) Para efeitos do disposto no número anterior, se o incumprimento determinante da fixação do prazo previsto no n.º 7 constituir uma violação muito grave e tal tiver sido referido pelo Município, aquando da notificação ao Adjudicatário, ou se se verificarem pelo menos três faltas de cumprimento do mesmo tipo relativamente às quais, tendo sido fixado pelo Município o prazo adicional referido no n.º 7, as respetivas faltas não tenham sido sanadas, poderá o Município resolver o contrato nos termos da Cláusula 68.^a, sem prejuízo da aplicação ao Adjudicatário das sanções previstas neste Caderno de Encargos.

10) O período relevante para a aferição de incumprimentos é coincidente com o período de reporte e recolha de dados.

11) Para efeitos do disposto no presente Capítulo, constituem prova de mora, de cumprimento defeituoso ou de incumprimento definitivo, designadamente, as queixas ou reclamações apresentadas por múltiplos passageiros ao Adjudicatário ou diretamente ao Município, respeitantes à mesma situação de incumprimento, bem como os resultados de ações de fiscalização ou auditorias previstas no Contrato, sem prejuízo do direito de audiência prévia do Adjudicatário, nos termos previstos na lei.

Cláusula 65.^a | Sanções contratuais pecuniárias

1) O incumprimento, mora e/ou cumprimento defeituoso, imputável ao Adjudicatário, de quaisquer obrigações emergentes do Contrato, ou de determinações do Município emitidas no âmbito da lei ou do Contrato, pode ser sancionado, por decisão exclusiva deste, pela aplicação de sanções pecuniárias, cujo montante variará entre:

- a) Um mínimo de 25€ (vinte e cinco euros) e um máximo de 250€ (duzentos e cinquenta euros), por cada situação de violação leve de disposições do Contrato a que se refere a Cláusula anterior;
- b) Um mínimo de 250€ (duzentos e cinquenta euros) e um máximo de 5.000€ (cinco mil euros), por cada situação de violação grave de disposições do Contrato a que se refere a Cláusula anterior;
- c) Um mínimo de 5.000€ (cinco mil euros) e um máximo de 50.000€ (cinquenta mil euros), por cada situação de violação muito grave de disposições do Contrato a que se refere a Cláusula anterior.

2) O Município pode optar, se as circunstâncias do incumprimento referido no número anterior o aconselharem, designadamente em função do benefício económico que possa ser obtido pelo Adjudicatário com o incumprimento, mora e/ou cumprimento defeituoso, pela fixação de uma sanção pecuniária diária, enquanto durar a situação de incumprimento, cujo montante variará entre:

- a) Um mínimo de 5€ (cinco euros) e um máximo de 50€ (cinquenta euros), por cada situação de violação leve de disposições do Contrato;
 - b) Um mínimo de 50€ (cinquenta euros) e um máximo de 500€ (quinhentos euros), por cada situação de violação grave de disposições do Contrato;
 - c) Um mínimo de 500€ (quinhentos euros) e um máximo de 5.000€ (cinco mil euros), por cada situação de violação muito grave de disposições do Contrato.
- 3) A aplicação de quaisquer sanções pecuniárias está sujeita à audiência prévia do Adjudicatário, nos termos previstos na lei.
- 4) Caso o Adjudicatário não proceda ao pagamento de quaisquer sanções pecuniárias no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação pelo Município da decisão final sobre a aplicação da mesma, estes podem executar a caução prestada, fazendo-se ainda pagar pelos respetivos juros de mora.
- 5) O valor máximo acumulado de sanções pecuniárias aplicáveis ao Adjudicatário durante a duração do Contrato é de 20% (vinte por cento) do preço contratual.

Cláusula 66.ª | Sanções contratuais não pecuniárias

- 1) O Município pode aplicar sanções não pecuniárias em alternativa ou cumulativamente à aplicação das sanções pecuniárias referidas na Cláusula anterior.
- 2) As sanções não pecuniárias podem consistir, sem prejuízo de outras, na advertência do Adjudicatário e/ou na publicitação do ato ou omissão que der origem à aplicação da sanção.
- 3) A aplicação de sanções não pecuniárias está sujeita à audiência prévia do Adjudicatário, nos termos previstos na lei.

Cláusula 67.ª | Força maior

- 1) Para todos os efeitos do Contrato, apenas se consideram de força maior as circunstâncias que, cumulativamente:
- a) Impossibilitem o cumprimento pelas Partes das respetivas obrigações.
 - b) Sejam alheias às Partes e independentes da sua vontade ou atuação.
 - c) As Partes não pudessem conhecer ou prever à data da celebração do Contrato.
 - d) Sejam inevitáveis.
 - e) Cujos efeitos não sejam às Partes razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2) Constituem casos de força maior, se se verificarem os pressupostos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, nevões, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e greves.

3) Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados ou fornecedores do Adjudicatário, na parte em que intervenham.
- b) Determinações administrativas ou judiciais de natureza injuntiva, sancionatória ou não, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ela recaiam.
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais, regulamentares ou do Contrato.
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa ou propagação se deva ao incumprimento do Adjudicatário de normas de segurança.
- e) Avarias nos equipamentos ou sistemas informáticos do Adjudicatário, não devidas a sabotagem, que não decorram dos fatores referidos no n.º 1.
- f) Os serviços mínimos relativos a situações de greve, decretados nos termos da lei.

4) O Adjudicatário é responsável, para todos os efeitos do Contrato, pelos atos dos seus subcontratados, auxiliares ou fornecedores, como se por ela mesmo fossem praticados.

5) Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 7 e 8, a ocorrência de um caso de força maior terá por exclusivo efeito exonerar o Adjudicatário de responsabilidade pelo não cumprimento pontual das obrigações emergentes do Contrato, na estrita medida em que o seu cumprimento pontual e atempado tenha sido impedido em virtude da referida ocorrência; nos casos de impossibilidade de cumprimento se tornar definitiva ou de a manutenção do Contrato se revelar excessivamente onerosa, a ocorrência dará lugar à resolução do Contrato.

6) Perante a ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar eventos de força maior ao abrigo do disposto na presente cláusula, o Adjudicatário fica obrigado a:

- a) Dar conhecimento imediato, por escrito, ao Município, da ocorrência do evento de força maior;
- b) Fornecer, nos 5 (cinco) dias imediatamente subsequentes à comunicação a que se refere a alínea anterior, informação, tão detalhada quanto

possível, relativamente às circunstâncias do evento de força maior, incluindo sobre a natureza e alcance das obrigações cujo cumprimento seja ou possa ser afetado, atrasado ou impedido por tais circunstâncias, as medidas e prazo julgados necessários para mitigar e remediar tal situação de força maior e as suas consequências;

- c) Complementar e atualizar a informação referida na alínea anterior sempre que tenha conhecimento de dados novos que sejam relevantes para a análise ou resolução do evento de força maior;
- d) Adotar diligentemente todas as medidas ao seu dispor que permitam mitigar todos os efeitos causados na Prestação de Serviços pelo evento de força maior; e
- e) Retomar o cumprimento integral das suas obrigações logo que tal se mostre possível, designadamente, logo que cesse o evento e/ou efeitos do evento de força maior.

7) Se, por força do disposto nos números precedentes, o Adjudicatário ficar exonerada do cumprimento de qualquer das suas obrigações contratuais por um período contínuo superior a 3 (três) meses, considera-se que a impossibilidade de cumprimento se tornou definitiva e o Município terá direito a resolver o Contrato.

8) Sempre que algum caso de força maior corresponda, ao tempo da sua verificação, a um risco segurável, por apólices comercialmente aceitáveis, e independentemente de o Adjudicatário as ter efetivamente contratado, ou de ter ou não a obrigação de as contratar ao abrigo do Contrato, aplicar-se-á o seguinte:

- a) O Adjudicatário não ficará exonerado do cumprimento pontual e atempado da obrigação na medida em que aquele cumprimento se tornasse possível em virtude do recebimento de indemnização nos termos da apólice em causa;
- b) Haverá lugar à resolução do Contrato quando, apesar do recebimento da indemnização nos termos da apólice em causa, a impossibilidade de cumprimento das obrigações emergentes do Contrato seja definitiva.

9) Para efeito da aplicação da exceção prevista no número anterior, o Município terá que demonstrar perante o Adjudicatário que o risco em causa era já segurável por, pelo menos, duas seguradoras estabelecidas em Portugal e por apólices comercialmente aceitáveis, comercializadas há mais de 1 (um) ano sobre a data da ocorrência.

10) Ficarão excluídos da previsão do n.º 8 os casos de força maior relativos a guerra, hostilidades, invasão, tumultos, rebelião, terrorismo, explosão nuclear e contaminação radioativa ou química, ainda que correspondam a riscos seguráveis por apólices comercialmente aceitáveis.

11) Em caso de greve dos seus trabalhadores, o Adjudicatário obriga-se a disponibilizar os serviços mínimos que sejam fixados nos termos legais, ficando exonerada relativamente ao cumprimento exato e pontual dos restantes serviços a que reporta o Contrato.

CAPÍTULO VIII EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 68.^a | Resolução pelo Município

1) O Município pode resolver unilateralmente o Contrato, sem que o Adjudicatário tenha direito a qualquer indemnização, quando ocorra qualquer dos factos seguintes:

- a) Incumprimento grave e reiterado por parte do Adjudicatário das obrigações legais, regulamentares ou decorrentes do Contrato a que está obrigado a cumprir.
- b) Violação muito grave de disposições do Contrato, nos termos da Cláusula 64.^a, n.º 9.
- c) Aplicação do montante máximo de penalidades previsto na Cláusula 65.^a, n.º 8.
- d) O Adjudicatário se apresente a processo de insolvência ou esta seja declarada por tribunal e não exista decisão de recuperação.
- e) Se for retirado ao Adjudicatário, seja por que forma jurídica for, o alvará comprovativo da autorização para o exercício da atividade objeto do Contrato.
- f) Se o Adjudicatário ceder a respetiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato em violação do disposto no Contrato.
- g) Situação de força maior, nos termos previstos no n.º 7 da Cláusula 67.^a.
- h) Exercício, pelo Adjudicatário, de prática fraudulenta que lese o interesse público.
- i) Motivos de interesse público.
- j) Demais situações previstas no Contrato.

2) Para efeitos do disposto na alínea g) do número anterior, o Adjudicatário deve comunicar ao Município a ocorrência de qualquer situação de força maior, no prazo de 5 (cinco) dias contados da verificação do facto ou do respetivo conhecimento pelo Adjudicatário, e indicar ao Município quais as obrigações emergentes do Contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos.

3) A resolução do Contrato é efetuada por declaração escrita expedida por carta registada com aviso de receção e produz efeitos a partir da data da sua receção.

4) A resolução prevista na presente Cláusula não dá direito ao Adjudicatário a qualquer compensação financeira adicional, salvo na situação prevista na alínea i) do n.º 1, em que se aplica o regime compensatório legalmente aplicável.

5) Em caso de resolução do Contrato pelo Município, o Adjudicatário será inteiramente responsável pela cessação dos efeitos de quaisquer Contratos ou subcontratos de que seja parte, não assumindo o Município qualquer responsabilidade nessa matéria, a menos que este expressamente manifeste a vontade de ocupar a posição contratual do Adjudicatário.

Cláusula 69.ª | Resolução pelo Adjudicatário

1) O Adjudicatário pode resolver o Contrato nos termos do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

2) Sem prejuízo do disposto na lei, o Adjudicatário não pode interromper ou suspender o cumprimento das suas obrigações até à efetiva resolução do Contrato nos termos do número anterior, comprometendo-se ainda a prestar todo o auxílio que lhe seja solicitado pelo Município relativamente à transição das atividades incluídas no Contrato para outra entidade, uma vez extinto o Contrato.

Cláusula 70.ª | Caducidade

O Contrato caduca no termo da sua duração, extinguindo-se as relações contratuais existentes entre as Partes, sem prejuízo dos efeitos das disposições que, pela sua natureza ou pela sua letra, se destinem a perdurar para além daquela data.

Cláusula 71.ª | Transição

1) O Adjudicatário compromete-se a cooperar e a estabelecer, com o Município e com a(s) entidade(s) que lhe vier(em) a suceder, todos os mecanismos necessários para assegurar a transição das atividades objeto do Contrato para a(s) entidade(s) que lhe sucederá(ão), sem quebra de continuidade e com manutenção dos níveis de qualidade da Prestação de Serviços, iniciando a implementação dessas medidas de transição com a antecedência definida pelo Município até à sua conclusão na efetiva data da extinção do Contrato.

2) O cumprimento das obrigações a que se refere o número anterior não dá direito ao Adjudicatário ao pagamento de qualquer remuneração adicional ou a qualquer

compensação.

3) Caso se torne necessário prolongar as medidas de transição para além do prazo de vigência do Contrato, nomeadamente em virtude de o(s) novo(s) operador(es) não conseguir(em) entrar em pleno e efetivo funcionamento antes da extinção do Contrato, o Adjudicatário deve colaborar, de boa-fé, com o Município no sentido de garantir que não haja qualquer interrupção da disponibilização do serviço público de transporte público aos cidadãos, devendo designadamente:

- a) Aceitar a prorrogação do prazo do Contrato nos termos do artigo 19.º, n.º 3 do RJSPTP; ou
- b) Celebrar novo contrato de serviço público com o Município, na sequência de convite de ajuste direto que lhe seja dirigido por esta nos termos da legislação aplicável, cujo objeto se limita a adjudicar-lhe o contrato de serviço público necessário para assegurar precisamente o funcionamento do serviço de transporte público no território abrangido pelo Município entre o fim do Contrato e a data da efetiva entrada em funcionamento do novo operador e cujos termos de contratação não podem ser mais nem menos favoráveis para o Adjudicatário em comparação com o Contrato em vigor.

4) O disposto no n.º 3 não confere ao Adjudicatário qualquer direito à prorrogação do Contrato nem ao lançamento de ajuste direto, muito menos à adjudicação.

5) A violação de quaisquer obrigações previstas na presente cláusula pode dar lugar à aplicação de uma sanção pecuniária entre os €3.000 (três mil euros) e os €6.000 (seis mil euros) por cada dia de incumprimento, sem prejuízo da sua sancionabilidade também nos termos dos artigos 46.º a 49.º do RJSPTP.

6) O pagamento das sanções previstas no número anterior não isenta o Adjudicatário do cumprimento integral das obrigações violadas, nem da responsabilidade criminal e civil a que eventualmente haja lugar.

7) Sem prejuízo da aplicação do disposto nos n.ºs 2 e 3, o Adjudicatário assume como seu risco a necessidade eventual de cumprimento dos deveres previstos no n.º 3 e seguintes, não tendo por isso direito a qualquer compensação adicional nem à reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato.

Cláusula 72.ª | Reversão e transferência dos bens

1) Com a extinção do Contrato, independentemente da sua causa, cessa o direito do Adjudicatário de utilização dos bens disponibilizados pelo Município para a Prestação de Serviços.

2) Com a extinção do Contrato, independentemente da sua causa, realiza-se a

transmissão para o Município, a título gratuito, da propriedade de toda a informação ao público e respetivos suportes afixados pelo Adjudicatário nas paragens e terminais rodoviários e do Funicular, do Website e respetivo domínio, da App e das bases de dados utilizadas no Sistema de Bilhética e Sistema de Apoio à Exploração.

3) Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 e seguintes, os bens ou posições creditórias da propriedade/titularidade do Adjudicatário que se encontram disponibilizados à Prestação de Serviços não se transferem para o Município com a extinção do Contrato, qualquer que seja a sua causa.

4) As posições creditórias/direitos reais do Adjudicatário, existentes à data da extinção do Contrato, qualquer que seja a causa, sobre os veículos que integram o Material Circulante, os parques de materiais e oficinas, os pontos de venda e atendimento aos Passageiros, as instalações várias, os veículos de apoio e os equipamentos referentes aos sistemas tecnológicos inerentes à Prestação de Serviços pelo Adjudicatário são transmitidos, com a extinção do Contrato, para o Município ou para qualquer entidade por este indicada, caso este comunique essa intenção ao Adjudicatário nos seguintes prazos, consoante aplicável:

- a) Com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias em face do termo da Prestação de Serviços, caso o Contrato se extinga no termo da sua duração; ou
- b) No prazo de 10 (dez) dias a contar do envio pelo Município ao Adjudicatário da sua intenção de resolução do Contrato;
- c) No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da citação do Município no âmbito da ação judicial para declaração de resolução do Contrato proposta pelo Adjudicatário.

5) Na comunicação, pelo Município, da intenção de que lhe sejam transmitidos as posições creditórias/direitos reais do Adjudicatário a que se refere o número anterior, o Município devem indicar de forma expressa, clara e objetiva quais as posições creditórias/direitos reais mencionadas no n.º 4 que pretende adquirir.

6) A transmissão a que se refere o número anterior pode ser condicionada pelo Município à realização de uma auditoria, sob responsabilidade de uma terceira entidade de reconhecida competência designada por aquele, e aos resultados da mesma.

7) Caso os bens referidos no n.º 4 sejam propriedade do Adjudicatário, o Município tem o direito de adquirir parte ou a totalidade desses bens, sendo a respetiva valorização determinada de acordo com um critério que presuma a adoção, ao valor em novo dos bens em causa, com um período de amortização

correspondente 1,5 vezes o resultante da taxa de amortização anual mínima prevista para a mesma tipologia de bens no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro.

8) O contrato de compra e venda dos bens em causa, nos termos referidos no número anterior, deve ser outorgado, consoante o caso, na data do termo da duração da Prestação de Serviços ou na data da produção de efeitos da resolução do Contrato pelo Município, mediante notificação para o efeito enviada pelo Município.

9) No caso de o Adjudicatário não ser proprietário dos bens em causa, mas apenas titular de direitos contratuais de utilização desses bens, a sua transmissão para o Município prevista na presente cláusula opera mediante cessão da posição contratual do Adjudicatário para o Município, a outorgar na data e prazo referidos no número anterior.

10) Os bens objeto de transmissão devem encontrar-se, no momento da transmissão, em bom estado de conservação e funcionamento e plenamente operacionais, estando cumpridas todas as obrigações relativas à respetiva conservação, manutenção e renovação, tendo embora em consideração o desgaste normal decorrente do seu uso prudente durante a Prestação de Serviços.

11) Caso o Adjudicatário não dê cumprimento ao disposto no número anterior, o Município promove a realização dos trabalhos e aquisições necessários, correndo os respetivos custos pelo Adjudicatário.

12) Quaisquer custos relacionados com a operação de entrega necessária à execução da presente cláusula são da responsabilidade exclusiva do Adjudicatário.

CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 73.ª | Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato contam-se em dias seguidos de calendário, sendo aplicável o disposto no artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 74.ª | Litígios entre o Município e o Adjudicatário

1) Constatada por qualquer uma das Partes do Contrato a existência de um litígio ou diferendo relativo à interpretação, integração, aplicação, execução ou cumprimento do Contrato, bem como relativamente à respetiva validade, ou à neces-

sidade de precisar, completar ou atualizar o seu conteúdo, ou ainda relativamente a atos administrativos referentes à execução do Contrato, será o mesmo, em primeiro lugar, objeto de uma tentativa de resolução amigável.

2) Caso o diferendo não seja resolvido de uma forma consensual no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da remissão do litígio para a outra Parte para a tentativa de resolução amigável, será o mesmo dirimido por via judicial, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu.

3) A submissão de qualquer questão a tribunal não exonera o Adjudicatário do pontual cumprimento do Contrato nem das determinações do Município emanadas ao abrigo da lei ou do Contrato, nem permite qualquer suspensão, interrupção e/ou cessação do desenvolvimento das entidades integradas no Contrato, as quais devem continuar a processar-se nos termos do mesmo, até que uma decisão final definitiva seja proferida pelo tribunal relativamente à matéria em causa.

Cláusula 75.^a | Gestor do Contrato

Nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, o Município designará um gestor do contrato que acompanhará permanentemente a execução de todas as obrigações decorrentes do mesmo.

Cláusula 76.^a | Comunicações

1) Quaisquer comunicações ou notificações entre as partes do contrato são efetuadas primordialmente através do endereço de correio eletrónico "[...]", ou outro a indicar oportunamente pelo Município, com aviso de entrega.

2) As comunicações ou notificações, por carta registada com aviso de receção, consideram-se recebidas na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

3) As comunicações ou notificações feitas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

4) Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte nos termos dos números anteriores.